

ESTUDO TÉCNICO

N.º 04/2014

Acesso e Evasão na Educação Básica: as  
perspectivas da população de baixa renda  
no Brasil.

MDS

SAAGI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

## **Estudo Técnico**

No. 04/2014

Acesso e Evasão na Educação Básica: as perspectivas população de baixa renda no Brasil.

## **Equipe técnica**

Armando Simões

## **Revisão**

Paulo Jannuzzi

Estudos Técnicos SAGI é uma publicação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) criada para sistematizar notas técnicas, estudos exploratórios, produtos e manuais técnicos, relatórios de consultoria e reflexões analíticas produzidas na secretaria, que tratam de temas de interesse específico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para subsidiar, direta ou indiretamente, o ciclo de diagnóstico, formulação, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações.

O principal público a que se destinam os Estudos são os técnicos e gestores das políticas e programas do MDS na esfera federal, estadual e municipal. Nesta perspectiva, são textos técnico-científicos aplicados com escopo e dimensão adequados à sua apropriação ao Ciclo de Políticas, caracterizando-se pela objetividade, foco específico e tempestividade de sua produção.

Futuramente, podem vir a se transformar em artigos para publicação: Cadernos de Estudos, Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) ou outra revista técnica-científica, para alcançar públicos mais abrangentes.

**Palavras-chave:** *Juventude; Evasão Escolar; Acesso Escolar, Equidade Educativa*

## **Unidade Responsável**

### **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 307

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 2030-1501 | Fax: 2030-1529

[www.mds.gov.br/sagi](http://www.mds.gov.br/sagi)

### **Secretário de Avaliação e Gestão da Informação**

Paulo de Martino Jannuzzi

### **Secretária Adjunta**

Paula Montagner

## Apresentação

O presente estudo investiga o acesso à escola básica no Brasil e o fenômeno da evasão escolar sob a perspectiva da equidade e com enfoque na população de baixa renda. Discute criticamente o conceito de acesso à educação mirando os contingentes de alunos que não alcançam o fim do ciclo escolar obrigatório conforme definido na Lei 12.796 de 2013 (educação básica). Investiga o problema da evasão do sistema educacional identificando em que fase do ciclo escolar ela ocorre, quem são os jovens que evadem e quais as tendências nos últimos anos no que tange a população de baixa renda no Brasil. Para tanto utiliza dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios (PNAD) dos anos de 2001 a 2012 e cria uma variável derivada dos dados primários da PNAD que permite avaliar o acesso e a evasão escolar. Conclui que a redução da desigualdade no acesso à educação básica vem ocorrendo de forma acentuada no Ensino Fundamental (EF) ao longo da última década, porém ainda com uma grande concentração de evasão escolar no segundo ciclo do Ensino Fundamental. Também no Ensino Médio (EM) a tendência na última década é de redução da desigualdade no acesso, porém com menor velocidade, o que aponta para a necessidade de novas políticas com foco nos mecanismos da evasão que se dá no segundo ciclo do Ensino Fundamental e na transição para e durante o Ensino Médio.

### 1. Introdução

O conceito de acesso à educação foi durante muito tempo entendido pela “porta de entrada”, ou seja, se havia espaço no sistema educacional para receber todas as crianças em idade escolar. Em seu discurso de posse, em 1956, o então eleito Presidente Juscelino Kubitschek salientava ser este o maior desafio da educação no Brasil; 40% das crianças em idade escolar não estavam matriculadas na escola. O grande problema a resolver era abrir vagas para todos que completassem sete anos de idade, isto é, dar acesso a todas as crianças em idade escolar a uma vaga na escola. Marcava-se aí o conceito de acesso como “porta de entrada” no sistema de ensino. O lúcido presidente sabia que o seu projeto de realizar “cinquenta anos de progresso em cinco” não seria possível em um contexto em que a média da escolarização no Brasil era de um ano e quatro meses (uma das mais baixas no mundo) e nem todos podiam entrar na escola, menos ainda quando de cada 100 crianças que entravam na 1ª série, apenas 16 chegavam a atingir a 4ª série (INEP, 1987, p.264). A meta 30 do Presidente – “Educação para o Desenvolvimento” se propunha atacar o problema do acesso, ignorando o fato de que, entre os que ingressavam, muitos não progrediam no sistema. Embora já houvesse fortes indícios de que havia também um problema na “porta de saída”, a evasão escolar era elevadíssima, as políticas educacionais se concentraram na chamada política de acesso, leia-se, assegurar o ingresso na escola, ou seja, o foco do problema estava na “porta de entrada”.

A década seguinte testemunhou progresso acelerado no que se convencionou ser o principal indicador de acesso – a taxa de escolarização da população em idade escolar (7 a 14 anos a partir de 1971) - que avançou de um patamar de 50% em 1960 até alcançar 80% em 1973 (30 p.p. em 13 anos). Contudo, a partir de 1973, testemunhamos uma estagnação no indicador que só vai voltar a crescer a partir de 1984, chegando à marca de 97% em 2002. Os anos 90, seguindo a Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien 1990) foram

marcados por reformas educacionais que lograram incluir parcela significativa da população de baixa renda na escola. A taxa de escolarização de crianças de 7 a 14 anos sobe de 87% em 1992 para 97% em 2002, sendo que a variação no grupo de renda mais baixa foi de 16 pontos percentuais, contrastando com a variação no grupo de renda mais alta (0,9 p.p.)(Simões, 2003). Boa parte da parcela que estava fora entrou, os mais pobres. De lá pra cá o desafio do acesso foi aclamado como equacionado no país, cabendo então tratar do problema da qualidade do ensino<sup>1</sup>. Não se trata mais de cuidar do acesso, visto que as crianças estão na escola, mas de fazê-las aprender enquanto estiverem lá. Bem, o “enquanto estiverem lá” se tornou um problema. A tarefa do ensino se complicou bastante quando se percebeu que muitas crianças e jovens estavam deixando a escola antes de concluir o ensino obrigatório, embora permanecessem na escola tempo suficiente para fazê-lo (Ribeiro, 1991). Embora a evasão escolar já fosse um fenômeno evidente há bastante tempo, a política educacional até então pouco havia se concentrado nas causas da evasão escolar. Entre os evadidos, os mais pobres prevaleciam. Os últimos a chegar à escola estavam sendo os primeiros a sair.

Os economistas rapidamente ofereceram uma explicação plausível. É o “custo de oportunidade”; a família pobre arca com um custo maior que a família não pobre de manter seu filho na escola, pois tem que abrir mão da renda que o menino ou a menina pode trazer pra casa se ajudar trabalhando. Como vamos poder ensinar a todos se alguns deixam a escola? Os primeiros programas de transferência de renda condicionada à educação surgem na década de 90 para lidar com esse fenômeno. A contrapartida de ter os filhos matriculados e frequentando a escola para receberem a ajuda monetária todo o mês seria o reforço que faltava para que também os mais pobres tivessem a chance de aprender. Mantê-los na escola era tudo o que faltava.

Os programas de transferência condicionada de renda (PTCR) se expandiram e complexificaram. No Brasil, após as inúmeras experiências locais, conhecidas pelo nome genérico de “Bolsa-Escola”, o Governo Federal lançou um programa nacional similar em 2001 (O Bolsa Escola Federal) e, em 2003/2004, já incorporando condicionalidades em saúde e nutrição (além de educação) o novo governo eleito lança o Bolsa Família, que viria a se constituir no maior programa de transferência condicionada de renda do mundo em volume de recursos e número de participantes (24 bilhões de reais em 2013 com 14 milhões de famílias).

Os PTCR cresceram em repasses e número de famílias participantes em toda a América Latina após a bem avaliada experiência do México (Progres), inaugurada em 1998. Se expandiram por outros continentes (principalmente África e Ásia) e foram inclusive adotados em países do “Norte” (EUA, Inglaterra, Austrália). Incluíram mais condicionalidades, foram fortemente avaliados e acumularam evidências a seu favor. Impactos na matrícula dos mais pobres, na maior frequência escolar e na redução do abandono estão bem documentados no Brasil e no exterior. Não é difícil entender o porquê. Se por um lado a pobreza é resultado da falta de oportunidades educacionais, a educação por sua vez também é afetada pela pobreza.

---

<sup>1</sup> De fato, o discurso da universalização do acesso se constrói a partir de meados dos anos 80 por influência de pesquisadores que utilizando dados do SEEC/MEC estimam taxas de participação escolar muito mais altas do que se tinha de fato à época com base no Censo Demográfico. Ver, por exemplo, (Fletcher, 1985)

O comprometimento da frequência à escola pela necessidade de trabalhar é apenas um dos efeitos deletérios da pobreza sobre a possibilidade da educação das crianças e jovens de baixa renda.

É no contexto dessa evolução histórica que, neste Estudo Técnico, investigo o acesso e a evasão escolar como dois fenômenos relacionados, dando foco na população de baixa renda. Argumento que não se pode falar em universalização do acesso quando a evasão escolar ainda é recorrente nos sistemas educacionais brasileiros e atinge de forma desproporcional a população de baixa renda. Sustento que é necessário revisitar o conceito de acesso à educação e dar atenção aos fatores intraescolares que contribuem para a exclusão da população de baixa renda.

Como o conceito de acesso pode ser redefinido e ser entendido também pela “porta de saída”? Se nem todos concluem a escola básica no Brasil, até onde chegam? No Brasil, depois de dois anos de Bolsa Escola e dez anos de Bolsa Família, até onde chegam os alunos mais pobres? Houve redução da desigualdade de acesso ao longo da última década? Qual a perspectiva das crianças e jovens de famílias de baixa renda quanto ao acesso escolar nos próximos anos? Em que fase do ciclo escolar os que se evadem deixam a escola? Qual o perfil desses jovens? Há sinais de que programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família estão ajudando a reverter essa tendência? Essas são algumas das questões exploradas nesse estudo.

## 2. Revisitando o conceito de acesso à educação

O conceito de acesso entendido pela “porta de entrada” reduz-se à matrícula escolar, ignorando o que de fato ocorre após o ingresso na escola. A qualidade da escola que o aluno encontra pela frente (localização da escola, recursos educacionais, práticas pedagógicas, infraestrutura escolar, formação e experiência do docente, procedimentos de avaliação etc.), e, sobretudo, como essa qualidade se desdobra na trajetória percorrida pelo aluno não é considerada. No Brasil, embora as taxas de matrícula sejam elevadas na idade de ingresso no sistema de ensino, um grande número de alunos não logra concluir a educação básica, embora permaneça na escola, em média, tempo suficiente para fazê-lo<sup>2</sup>. Nesse sentido, o debate de longa data sobre democratização do acesso precisa considerar os processos intraescolares (além dos intrafamiliares) que culminam com a exclusão da criança ou jovem do sistema de ensino antes que conclua a escola básica. Para Lewin (2007) acesso à escola tem pouco significado senão resultar em:

- i) Matrícula e frequência regular
- ii) Progressão nos anos escolares nas idades apropriadas
- iii) Aprendizagem significativa e que tenha utilidade
- iv) Chances reais de transição para o nível médio
- v) Mais ao invés de menos oportunidades educacionais para as crianças e jovens de baixa renda com menos variação de qualidade entre as escolas.

---

<sup>2</sup> S.C. Ribeiro (1991) já havia mostrado que o brasileiro ficava em médio 8,5 anos na escola, mas conseguia completar em média apenas séries escolares.

Para Lewin (2007), uma compreensão ampliada de acesso deve incluir esses aspectos que, não existindo, comprometeria o próprio conceito em questão. Acesso, portanto, implica em que todas as crianças e jovens tenham não só o direito assegurado à matrícula na idade própria, mas também o direito de concluírem a escola básica na idade própria, com níveis de aprendizagem adequados. Não discutirei aqui o último aspecto, relacionado à aprendizagem satisfatória, que exigirá um tratamento específico em outra ocasião. Tratarei tão somente de olhar pela “porta de saída” e verificar até onde, de fato, os que entram chegam após deixar a escola e identificar em que fase do ciclo escolar os não concluintes são excluídos do sistema de ensino.

### 3. Construindo uma variável de acesso com base na PNAD

O uso da PNAD como fonte de dados para esta análise permite avaliar o acesso (e a evasão) do sistema de ensino a partir de uma mesma variável construída com base em variáveis primárias da amostra populacional que incluem informação sobre:

- Se o indivíduo frequenta ou não a escola;
- Se frequenta, em que nível e etapa da educação formal está matriculado;
- Se não frequenta, qual o último nível, etapa e série em que se matriculou.

As variáveis de acesso são, portanto, definidas como variáveis dummy que indicam se o indivíduo alcançou determinado ano escolar. Por exemplo, a variável EF1 é igual a 1 caso o indivíduo tenha alguma vez se matriculado na 1ª série do Ensino Fundamental e será igual a zero caso nunca tenha se matriculado no Ensino Fundamental<sup>3</sup>. No caso de EF1=1 considera-se que a pessoa teve acesso à primeira série do EF. A variável EF2=1 indica que a pessoa teve acesso à segunda série, a variável EF3=1 indica que teve acesso à terceira série e assim por diante, até a variável EM3, que indica que a pessoa logrou se matricular no 3º ano do Ensino Médio<sup>4</sup>.

A medida da evasão fará uso da mesma variável, tomando-se o complementar da taxa de acesso para o caso dos indivíduos que por ocasião da PNAD não estavam na escola. Por exemplo, se a taxa de acesso ao 3º ano do EM dos jovens de 19 anos que não mais estudam for de 60%, significa que 40% deles deixaram a escola antes de atingir o fim da escola básica. Desse modo, poderemos encontrar em que fase do ciclo escolar os jovens que não estudam e não concluíram a escola básica se evadiram. O anexo 1 apresenta o código do programa em Stata (versão 12) para criar as variáveis de acesso EF1...EM3.

---

<sup>3</sup> Considera-se aqui também a modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

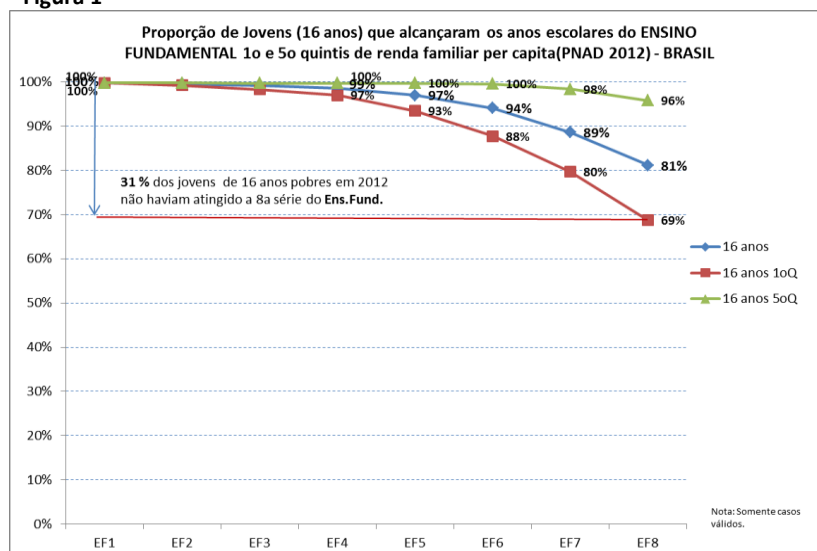
<sup>4</sup> As variáveis EF8 e EM3 acumulam respectivamente o acesso à 8ª série ou 9º ano do EF e ao 3º ou 4º ano do EM.

#### 4. Até onde o jovem alcança na escola básica?

##### Os jovens de 16 anos

Aos 16 anos de idade é esperado que todo jovem tenha concluído o Ensino Fundamental (EF) e esteja frequentando o Ensino Médio (EM). Em média, até 2012, 81% deles de fato conseguiram alcançar a última série do EF<sup>5</sup> como mostra a Figura 1. As diferenças entre os quintis extremos da distribuição de renda são praticamente inexistentes até a 4ª série (ou 5º ano), mas a partir da 5ª série (ou 6º ano) observa-se uma diferença entre o grupo de jovens dos 20% mais pobres e os 20% mais ricos que se amplia à medida que se avança nos anos escolares. O resultado é que cerca de um terço do quintil mais pobre não havia chegado ao fim do EF, como esperado, até 2012, enquanto que 96% dos jovens do quintil mais rico o fizeram. Observa-se, portanto, a existência de um atrito que ocorre ao longo do EF e que atinge desproporcionalmente mais os jovens do primeiro quintil de renda. Esse atrito é gerado pela retenção do aluno no mesmo ano escolar (repetência) ou pela saída definitiva do aluno do sistema de ensino (evasão). O primeiro fenômeno, a repetência, gera atraso escolar e pode provocar a evasão ao longo do ciclo escolar.

Figura 1



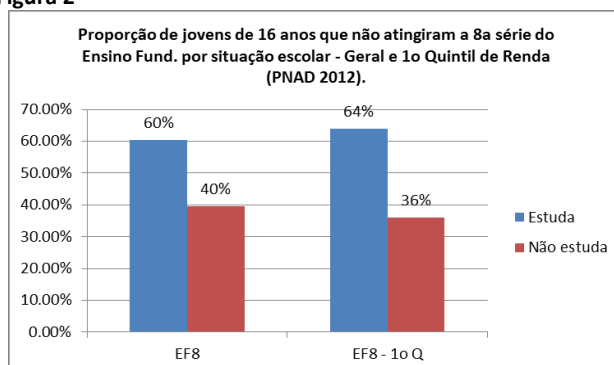
Os jovens de 16 anos que não chegaram ao final do EF na idade esperada (19% do total) ou ainda estavam na escola (mas defasados em relação ao ano escolar) ou já haviam se evadido do sistema de ensino. A Figura 2 mostra que 40% deles já havia abandonado a escola em 2012, sendo essa proporção menor entre os mais pobres (36%). É possível aqui levantar a hipótese de que a transferência de renda condicionada à frequência escolar, como ocorre no programa Bolsa Família, explicaria a maior proporção dos mais pobres entre os que, ainda que defasados, continuam na escola<sup>6</sup>. Contudo, é inequívoco o fato de que cerca de 260 mil jovens de 16 anos já haviam abandonado a escola sem ter concluído o EF, o que representa 8% do total de jovens de 16 anos naquele ano, sendo que esse percentual é de 11% entre os mais pobres. Ou seja, embora haja uma proporção maior de jovens defasados entre os mais pobres

<sup>5</sup> Considera-se aqui como último ano do Ensino Fundamental a 8ª série para os que ainda estudavam em sistemas de ensino com regime de 8 anos no EF e o 9º ano para os que estudavam em sistemas com regime de 9 anos.

<sup>6</sup> Esta hipótese será considerada mais a frente neste trabalho.

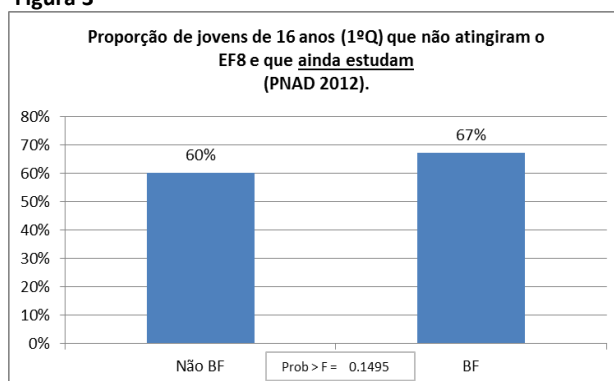
que ainda estuda (64%) quando comparada à média nacional (60%), os que não estudam (36%) representam uma fração maior do total de jovens pobres (11%), significando cerca de 100 mil jovens.

**Figura 2**



Observando-se os jovens de 16 anos do 1º quintil de renda segundo a participação estimada no Bolsa Família<sup>7</sup>, nota-se que os “beneficiários” tendem a estar mais representados entre os que ainda estão na escola, mesmo que defasados (Figura 3).

**Figura 3**



Os efeitos positivos do Bolsa Família sobre a redução do abandono escolar estão bem documentados em diversas pesquisas realizadas ao longo dos últimos 10 anos (Oliveira et al., 2007; Glewwe and Kassouf, 2012; Simões, 2012) e corroboram a conclusão de que o programa contribui para a permanência dos alunos na escola. A Figura 3 sugere que esse resultado se aplica também aos alunos defasados, embora a diferença de 7 p.p. não possa ser interpretada como efeito líquido do programa<sup>8</sup>.

A redução do abandono faz crescer em geral as duas taxas complementares de rendimento escolar, ou seja, a taxa de aprovação e de reprovação. Caso não existisse no sistema educacional brasileiro o instituto da reprovação escolar, a redução do abandono promovida pelo Bolsa Família se converteria integralmente em aprovação e levaria inexoravelmente a uma maior taxa de conclusão da escola básica entre os mais pobres, não

<sup>7</sup> A condição de beneficiário do Bolsa Família é estimada seguindo a metodologia desenvolvida pelo IPEA para aplicação sobre os dados da PNAD (ver Texto para Discussão Nº 1654/Ipea).

<sup>8</sup> Os não beneficiários representados na Figura 3 não podem ser considerados equivalentes aos beneficiários em relação a outras características que não o seu grupo de renda familiar per capita, o fato de não terem atingido a 8ª série e o fato de ainda estudarem.



existindo nesse caso a defasagem idade-série. Contudo esta não é a realidade do sistema educacional no Brasil, embora a inexistência do instituto da reprovação escolar seja o caso em vários países (Inglaterra, Noruega, Bulgária, Islândia, Liechtenstein). Cabe perguntar, então, se a redução do abandono promovida pelo Bolsa Família está sendo traduzida em maior progressão e conclusão da escola básica, ou, ao contrário, estaria apenas retardando a saída definitiva dos beneficiários do sistema de ensino – evasão – uma vez que uma de suas causas, a retenção escolar, atinge desproporcionalmente mais os alunos pobres<sup>9</sup>. Neste trabalho a questão da reprovação e suas consequências não serão tratadas. A análise se restringe ao fenômeno da evasão e suas tendências históricas para a população mais pobre.

### **Os jovens de 19 anos**

Aos 19 anos de idade é esperado que todo jovem tenha concluído a escola básica. No entanto, vê-se que no Brasil apenas 59% desses jovens tinham atingido o último ano do EM (última etapa da educação básica) até 2012, segundo dados da PNAD (Figura 4). O atraso causado pela repetência e evasão antes do aluno chegar ao final da escola básica atingiu 41% dos jovens, que ficaram para trás na trajetória escolar. Ou seja, pode-se dizer que os jovens que tinham 19 anos em 2012 entraram na escola na idade certa, visto que a taxa líquida de matrícula correspondente ao ano e idade em que deveriam ter ingressado na escola (aos 7 anos em 2000) era de 96%<sup>10</sup>, mas ao longo dos anos foram sendo retidos uma ou mais vezes na mesma série ocasionando o atraso escolar e eventualmente a desistência.

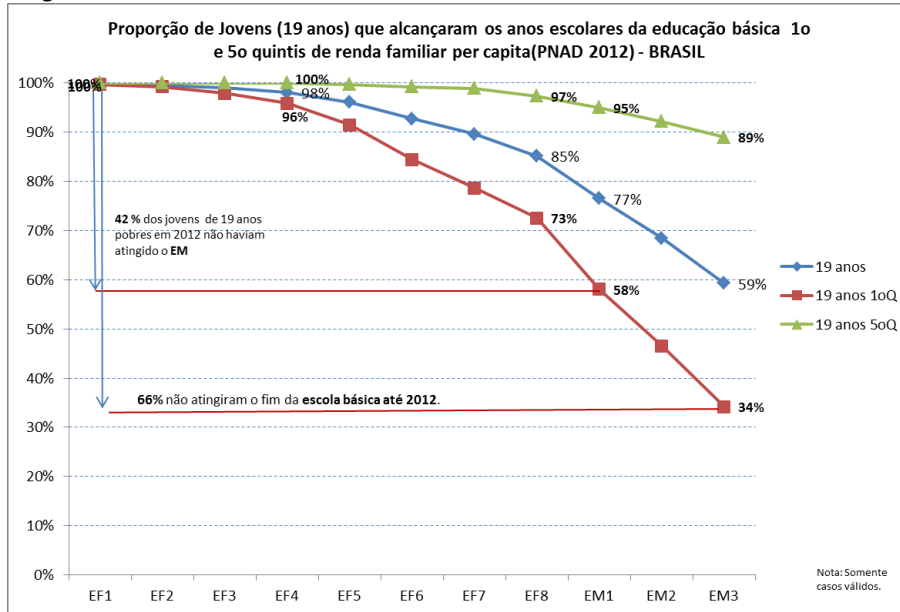
Outro dado a destacar são as diferenças entre os quintis de renda observadas a partir do 2º ciclo do EF. As curvas de acesso do 1º e do 5º quintis se afastam cada vez mais conforme se avança nos anos escolares, mostrando uma enorme desigualdade de acesso, na idade recomendada, ao 3º ano do EM associada à renda. Entre os jovens das famílias pertencentes aos 20% mais pobres da população apenas 34% alcançaram o 3º ano do EM, enquanto 89% o fizeram no quintil mais rico da população. Ou seja, 2/3 dos jovens de 19 anos das famílias mais pobres não haviam alcançado o 3º ano do EM, significando que ou eles estavam defasados na escola ou já haviam evadido do sistema escolar em 2012. Essa cifra para os jovens das famílias dos 20% mais ricos é 11%. Cabe perguntar se essa grande maioria de jovens de 19 anos pobres que não havia alcançado o fim da escola básica ainda estava na escola ou não, e se não, até onde foram os que evadiram da escola. A segunda parte da pergunta será abordada na próxima seção, quando discutirei quando ocorre a evasão durante a escola básica tanto para os jovens de 16 anos quanto para os de 19 anos.

---

<sup>9</sup> Essa questão é objeto do projeto de pesquisa apresentado pela SAGI/MDS ao Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre os fatores determinantes e consequentes da reprovação escolar que propõe investigar os efeitos da reprovação sobre a população de baixa renda.

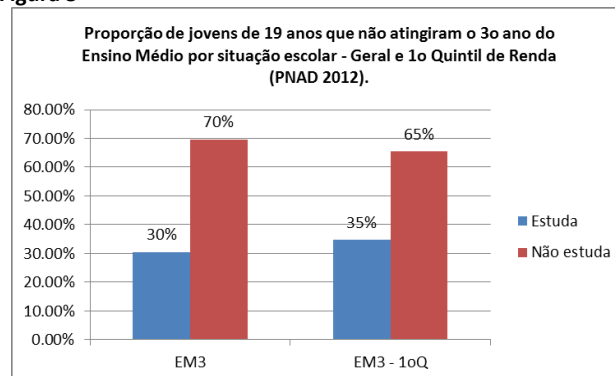
<sup>10</sup> Essa taxa foi calculada para as crianças de 7 anos em 2001, visto que em 2000 não houve PNAD devido à realização do Censo Demográfico.

**Figura 4**



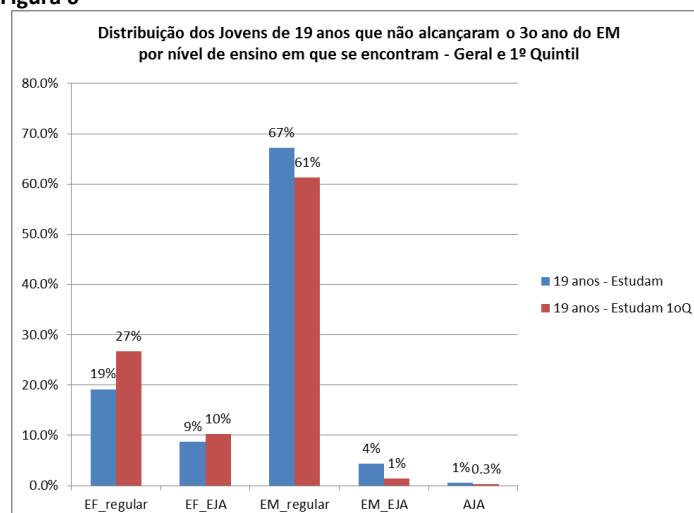
A Figura 5 mostra que dentre os jovens de 19 anos que não haviam atingido o 3º ano do EM (41% do total) 70% deles já estava fora da escola em 2012 (ou 29% do total), ou seja, de cerca de 1,3 milhões de jovens que não atingiram o final do EM, 900 mil já haviam abandonado a escola e cerca de 400 mil ainda estudavam. Curiosamente, no primeiro quintil de renda, esse percentual é menor (65%), indicando que entre os mais pobres a permanência na escola entre aqueles defasados aos 19 anos de idade supera a média nacional (35% vs. 30%). Contudo, é preciso lembrar aqui que os mais pobres que deixaram a escola, em média, chegaram a atingir níveis menores de escolarização que a média nacional dos evadidos como veremos na próxima seção.

**Figura 5**



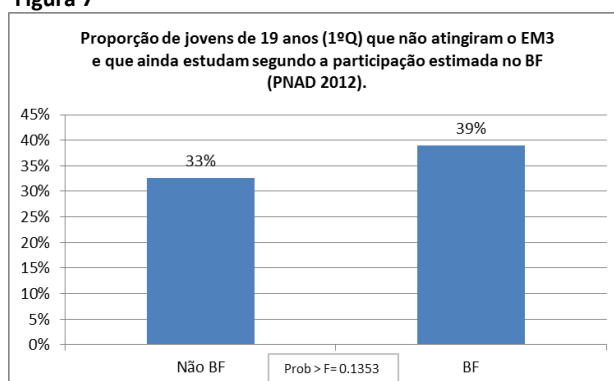
Onde se encontram os 30% dos jovens de 19 anos que não lograram chegar ao final do EM e ainda estão na escola? A Figura 6 mostra que a grande parte encontra-se no EM regular (67%) sendo essa proporção um pouco menor para os jovens do 1º quintil de renda (61%). Estes, por sua vez, se distribuem ainda entre o EF regular (27%), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do EF (10%) e a EJA do EM (1%). Percebe-se aqui que o atraso escolar entre os mais pobres é maior.

**Figura 6**



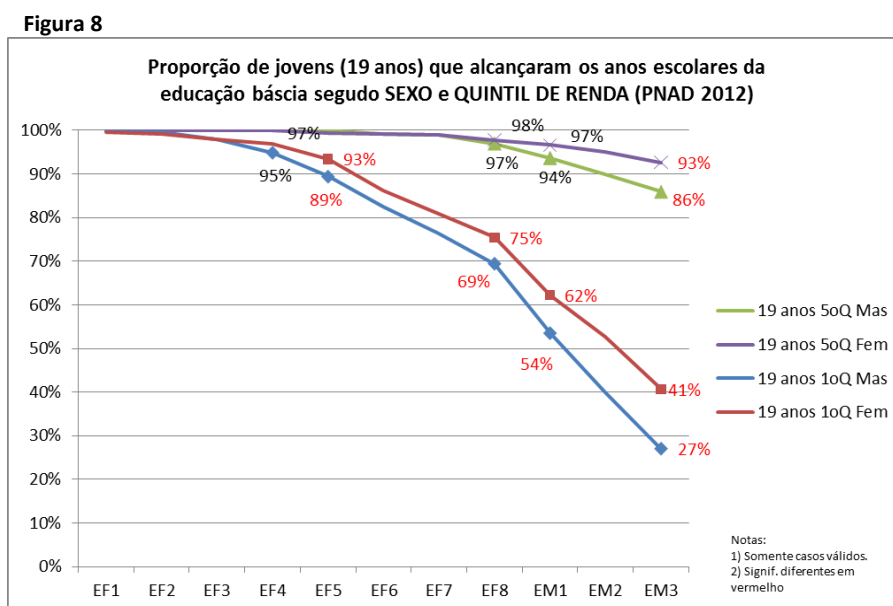
Existe diferença na permanência na escola dos jovens de 19 anos que não haviam alcançado o 3º ano do EM associada à participação no programa Bolsa Família? Tomando-se os jovens do primeiro quintil segundo a participação estimada no BF<sup>11</sup> observa-se que entre os “beneficiários” a proporção dos que permanecem na escola é maior (39%) do que entre os “não-beneficiários”(Figura 7). No caso desses jovens a hipótese da contribuição direta do Bolsa Família para esse resultado fica enfraquecida pelo fato desse grupo de idade estar fora da faixa sobre a qual as condicionalidades do programa se aplicam (6 a 17 anos). Contudo, cabe a hipótese de que a participação da família no BF criaria um diferencial de conhecimento para os jovens (possível “ex-acompanhados” pela condicionalidade do programa) quanto aos benefícios da educação para sua renda futura e quanto a programas complementares que estariam sendo adensados no entorno do público-alvo do Bolsa Família, como é o caso do Programa de Acesso a Formação Profissional e ao Emprego (PRONATEC), que poderia funcionar como estímulo à permanência na escola. Outra política com forte potencial para estimular a permanência dos jovens de baixa renda na escola é a Lei de Cotas (Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012) que garante a reserva de 50% das vagas, por curso e turno, nas 59 universidades federais, nos 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia e nos 2 centros federais de educação tecnológica, a estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas (mínimo de 25% em 2014 e 50% até 2016). Metade das vagas das cotas destinam-se a estudantes de família com renda de até 1 ½ salário mínimo.

**Figura 7**



<sup>11</sup> Ver nota 7.

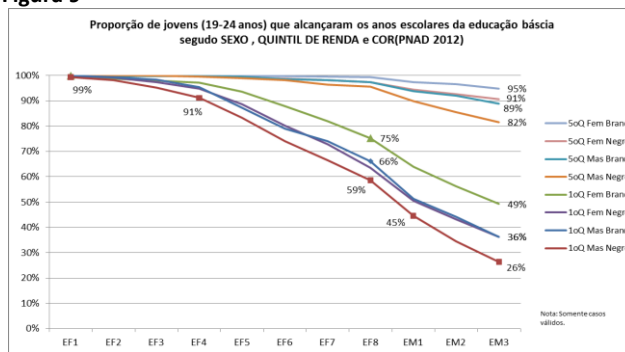
A desagregação das curvas de acesso dos jovens de 19 anos por sexo e quintil de renda mostra que além das diferenças associadas à renda há uma significativa diferença de acesso associada a gênero (Figura 8). As mulheres atingiram em maior proporção do que os homens os níveis mais avançados de ensino, sendo essa diferença de 7 p.p. entre os 20% mais ricos e de 14 p.p. entre os 20% mais pobres no 3º ano do EM. A desvantagem dos homens no 1º quintil de renda está presente já a partir da 5ª série. Já no 5º quintil a diferença só é estatisticamente significativa no 3º ano do EM, de modo que 86% dos jovens havia atingido o fim da escola básica até 2012 enquanto 93% das jovens o fizeram. Essas cifras são muito menores para os 20% mais pobres, respectivamente 41% (mulheres) e 27% (homens).



A desagregação por cor (além de renda e sexo) mostra que os jovens de 19 a 24 anos<sup>12</sup> negros do primeiro quintil estão fortemente em desvantagem no acesso à escola básica em praticamente todos os anos escolares (Figura 9). Já na 4ª série observa-se a brecha no acesso para esse grupo que vai se propagar, e se alargar, até o fim da escola básica. Apenas 91% deles alcançaram a 4ª série, 59% chegaram até o último ano do EF e somente 26% deles haviam atingido o 3º ano do EM. Comparado aos brancos do mesmo nível de renda, que alcançaram o 3º ano à taxa de 36%, vê-se que os jovens negros estão abaixo do que se esperaria mesmo considerando o nível de renda. Trinta e seis por cento é também a taxa para as mulheres negras que apresentam, portanto, vantagem em relação aos homens negros. As mulheres brancas se destacam no grupo de renda mais baixa, embora apenas metade delas tenha atingido o fim do ciclo da educação básica. No quintil mais elevado de renda não se observam diferenças de cor ou sexo até o fim do EF. A partir daí uma brecha se abre, reproduzindo o padrão observado no primeiro quintil de renda, ou seja, os jovens negros aparecem em desvantagem, as mulheres negras se igualam aos homens brancos e as mulheres brancas estão em vantagem em relação aos demais grupos.

<sup>12</sup> Devido ao erro padrão ser grande para a idade de 19 anos com a desagregação dos grupos por sexo, quintil e cor, apresento o resultado para o grupo de idade 19-24 anos.

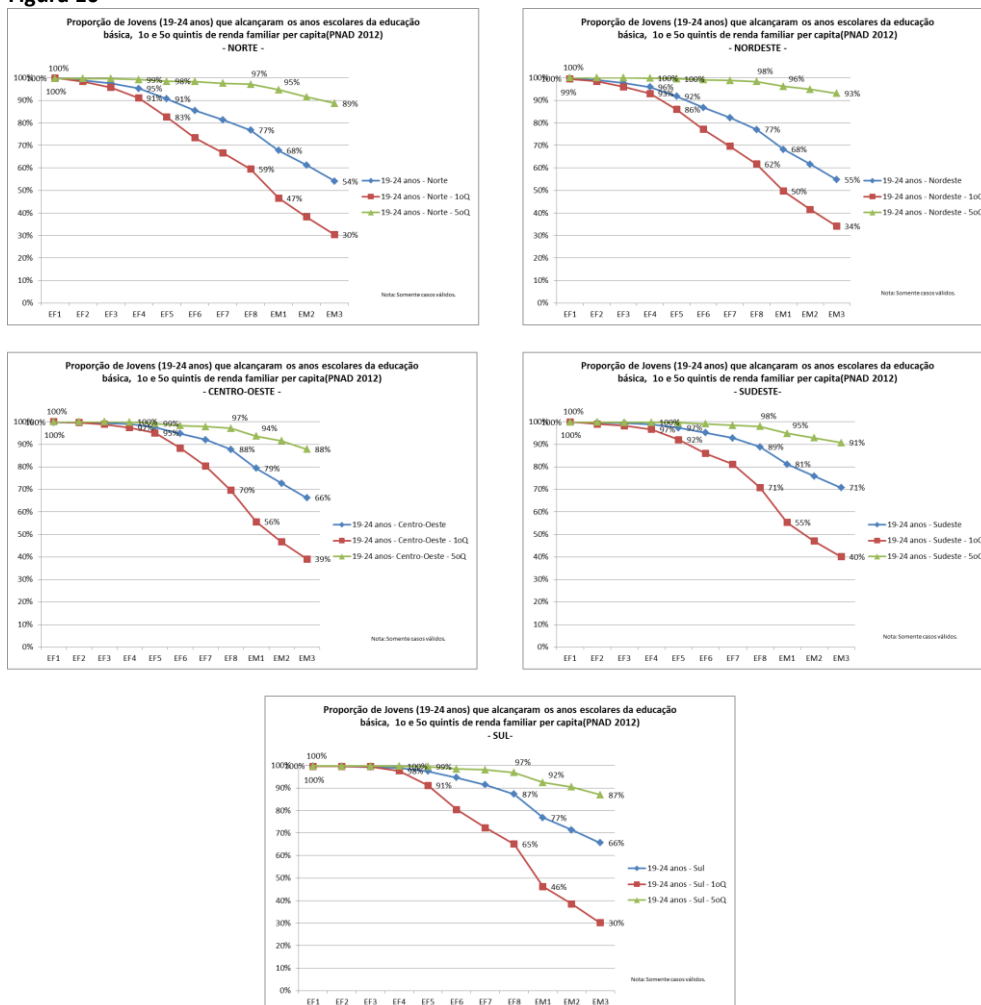
**Figura 9**



A universalização do acesso ao EF não ocorreu para parte dos jovens brasileiros, em particular para os jovens de baixa renda e negros, pela simples razão de o acesso não ter se concretizado para todos os anos escolares do EF<sup>13</sup>.

Por região geográfica também se observa forte desigualdade de acesso aos anos escolares da escola básica entre os jovens de 19 a 24 anos do primeiro e quinto quintil de renda, como mostra a Figura 10.

**Figura 10**



<sup>13</sup> Para o grupo de 19 a 24 anos que não logrou chegar ao final da escola básica 85% estava fora da escola em 2012.

É curioso notar que a região Sul apresenta características muito particulares. Primeiro, é a região com a menor desigualdade de acesso devido à renda até a 4ª série do EF (Tabela 1). Segundo, é também a região com menor acesso ao 3º ano do EM tanto entre os jovens do primeiro quanto do quinto quintil de renda (30%<sup>14</sup> e 87% respectivamente). Terceiro, há uma brecha entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos no final do EM só menor do que no Norte e Nordeste (57 p.p.). Quarto, também é na região Sul que se observa a maior queda na transição da 8ª série para o 1º ano do EM entre as regiões, na média e para os quintis extremos da distribuição de renda como mostra a Tabela 2. Curioso também é o fato de que o Nordeste apresenta a maior taxa de acesso ao 3º ano do EM entre os 20% mais ricos (93%), ao mesmo tempo em que apresenta, junto com a região Norte, a maior desigualdade nesse acesso entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos (59 p.p.).

A Tabela 1 mostra que não há desigualdade de acesso à 1ª série entre os quintis extremos da distribuição de renda, mas ao longo do ciclo escolar a desigualdade de acesso se manifesta e se alarga. Observa-se que há dois padrões regionais de desigualdade de acesso aos anos escolares entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos. De um lado, as regiões Norte e Nordeste e, de outro, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, sendo que esta última apresenta a menor desigualdade de acesso na 5ª série e a região Sul a menor desigualdade de acesso na 4ª série. Observa-se também que a desigualdade de acesso aos anos escolares do EM é expressiva em todas as regiões do país, variando de 27 p.p. nas regiões CO e SE a 38 p.p. no Norte, no caso do 1º ano, e de 49 p.p. no CO a 59 p.p. no N e NE, no caso do 3º ano do EM. É durante o segundo ciclo do EF e no EM que a desigualdade de acesso cresce de forma mais expressiva entre os extremos da distribuição de renda.

Tabela 1

Região	Desigualdade no acesso entre os 20% mais pobres e 20% mais ricos dos jovens de 19 a 24 anos de idade				
	1ª série	4a série	5a série	1o ano EM	3o ano EM
<b>Norte</b>	0	8 p.p.	15 p.p.	38 p.p.	59 p.p.
<b>Nordeste</b>	0	7 p.p.	14 p.p.	36 p.p.	59 p.p.
<b>Centro-Oeste</b>	0	3 p.p.	4 p.p.	27 p.p.	49 p.p.
<b>Sudeste</b>	0	3 p.p.	8 p.p.	27 p.p.	51 p.p.
<b>Sul</b>	0	2 p.p.	8 p.p.	32 p.p.	57 p.p.

A variação na taxa de acesso na transição entre as etapas da educação básica também apresenta fortes desigualdades entre os quintis de renda como mostra a Tabela 2. Na transição entre o primeiro e segundo ciclo do EF (da 4ª para a 5ª série) há pouca variação regional na

<sup>14</sup> Taxa igual a da região Norte.

redução da taxa de acesso, com exceção da região CO que apresenta a menor queda nessa taxa entre a 4ª e a 5ª série para o primeiro quintil de renda. Já a redução na taxa de acesso entre o EF (8ª série) e o EM (1º ano) para o primeiro quintil de renda é maior nas regiões Sul e Sudeste do que no resto do país. As regiões N e NE apresentam a menor perda na participação entre a 8ª série e o 1º ano para os jovens dos 20% mais ricos.

Tabela 2

Região	Diferença na taxa de acesso na transição entre etapas da Educação Básica entre os jovens de 19 a 24 anos do 1º e 5º quintis de renda familiar per capita			
	4ª/5a série		8a / 1o ano	
	1o Quintil	5o Quintil	1o Quintil	5o Quintil
<b>Norte</b>	8 p.p.	1 p.p.	12 p.p.	2 p.p.
<b>Nordeste</b>	7 p.p.	0	12 p.p.	2 p.p.
<b>Centro-Oeste</b>	2 p.p.	1 p.p.	13 p.p.	3 p.p.
<b>Sudeste</b>	5 p.p.	0	16 p.p.	3 p.p.
<b>Sul</b>	7 p.p.	1 p.p.	19 p.p.	5 p.p.

### **Evolução do acesso aos anos escolares da educação básica na última década.**

O quadro descrito até aqui teve por base os dados mais recentes da PNAD (2012) e retrata perspectivas ainda muito desalentadoras para os jovens das camadas mais pobres da população quanto ao acesso aos anos escolares mais avançados como preconiza a legislação. Contudo, esse quadro precisa ser colocado em perspectiva histórica para se avaliar como esses indicadores de acesso vêm evoluindo ao longo dos anos. Nesta seção apresento a trajetória de alguns indicadores ao longo do período 2001-2012 e as projeções do acesso escolar tendo como referência as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2011-2020<sup>15</sup>. Para tanto, utilizo dados das PNADs de 2001 a 2012 e projeto linearmente as tendências dos últimos doze anos até o ano de 2022<sup>16</sup>.

A análise na seção anterior tratou do acesso dos jovens de 16 e 19 anos aos anos escolares da educação básica. Vimos que, no caso dos jovens de 16 anos, 81% haviam

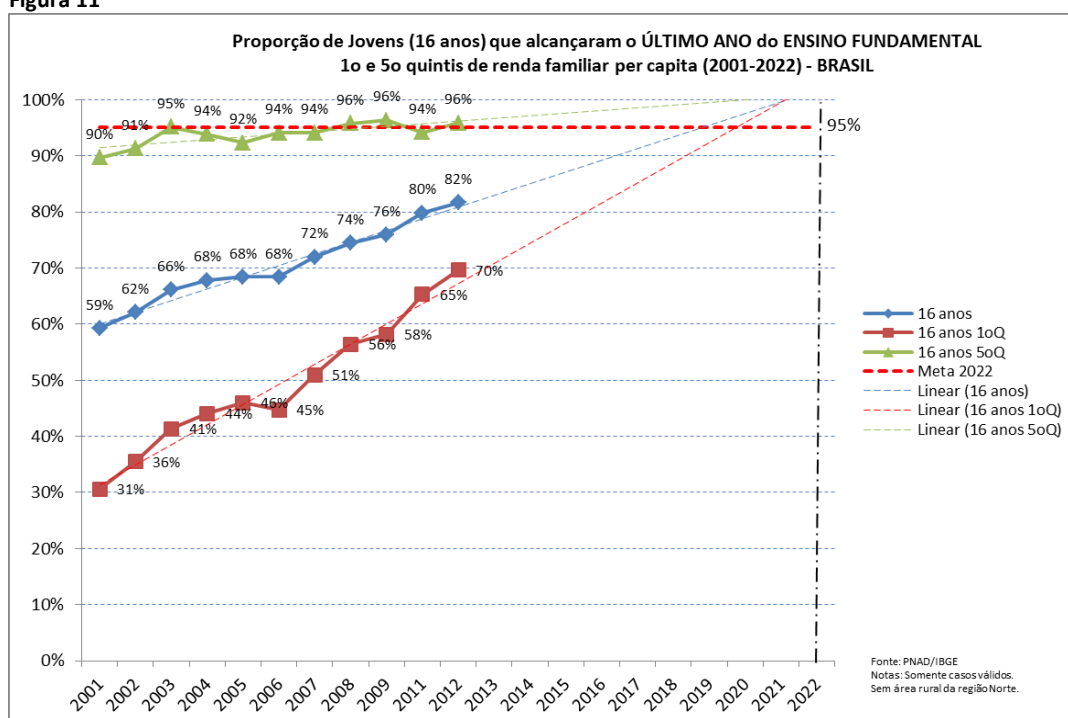
<sup>15</sup> Até a finalização deste Estudo Técnico o Plano Nacional de Educação ainda transitava no Congresso Nacional. Tomo aqui as metas do PNE como definidas na versão do projeto de lei que foi encaminhado pelo Senado à Câmara dos Deputados em dezembro de 2013.

<sup>16</sup> O atraso até aqui acumulado de dois anos na aprovação do PNE sugere que olhemos as metas um pouco mais adiante do que seria o da duração original do plano. O ano de 2022 também é simbólico para o Brasil (nesse ano se comemorarão os 200 anos da independência), tendo sido adotado como ano de referência para metas em vários planos de longo prazo.

alcançado o fim do EF até 2012, enquanto que apenas 69% o fizeram entre os 20% mais pobres (Figura 1). Cabe então analisar como evoluiu a taxa de acesso dos 20% mais pobres ao longo da década e estimar a trajetória futura.

A Figura 11 mostra uma trajetória positiva dos jovens de 16 anos no que tange ao acesso ao último ano do EF<sup>17</sup>, na qual a redução da desigualdade entre os quintis extremos da distribuição de renda é marcante. O Brasil saiu de uma diferença de 59 p. p. em 2001 para 26 p.p. em 2012. O PNE estabelece em sua meta 2 que pelo menos 95% dos alunos concluem o EF na idade recomendada<sup>18</sup>. Essa meta já está atingida para o grupo dos 20% mais ricos. Segundo a projeção linear da tendência apresentada na Figura 11 o Brasil atingirá essa meta antes de 2022, mesmo entre os 20% mais pobres.

Figura 11



A meta 2 do PNE também estabelece que até o fim da vigência do plano todos os jovens de 6 a 14 anos devem estar na escola. Vemos na análise de trajetória desse grupo que a meta também deverá ser atingida antes de 2022 (Figura 12), com redução da desigualdade entre os extremos da distribuição de renda. Mesmo considerando a obrigatoriedade da frequência escolar para a faixa etária de 4 a 17 anos, conforme disposto na Emenda Constitucional nº59, a meta de universalização da frequência escolar ao que tudo indica será atingida até 2022 (Figura 13).

<sup>17</sup> A pequena diferença na cifra para 2012 resulta do fato de a série histórica estar harmonizada para o período com exclusão da área rural dos estados da região norte com exceção de Tocantins.

<sup>18</sup> Essa meta coincide com a meta 4 da iniciativa Todos pela Educação.



Figura 12

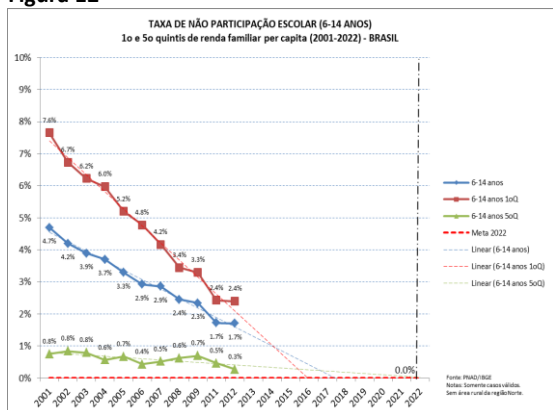
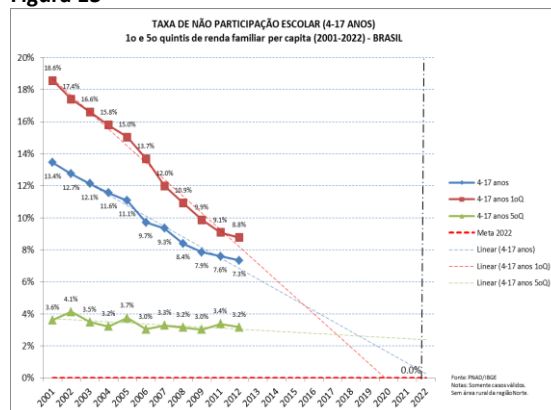


Figura 13



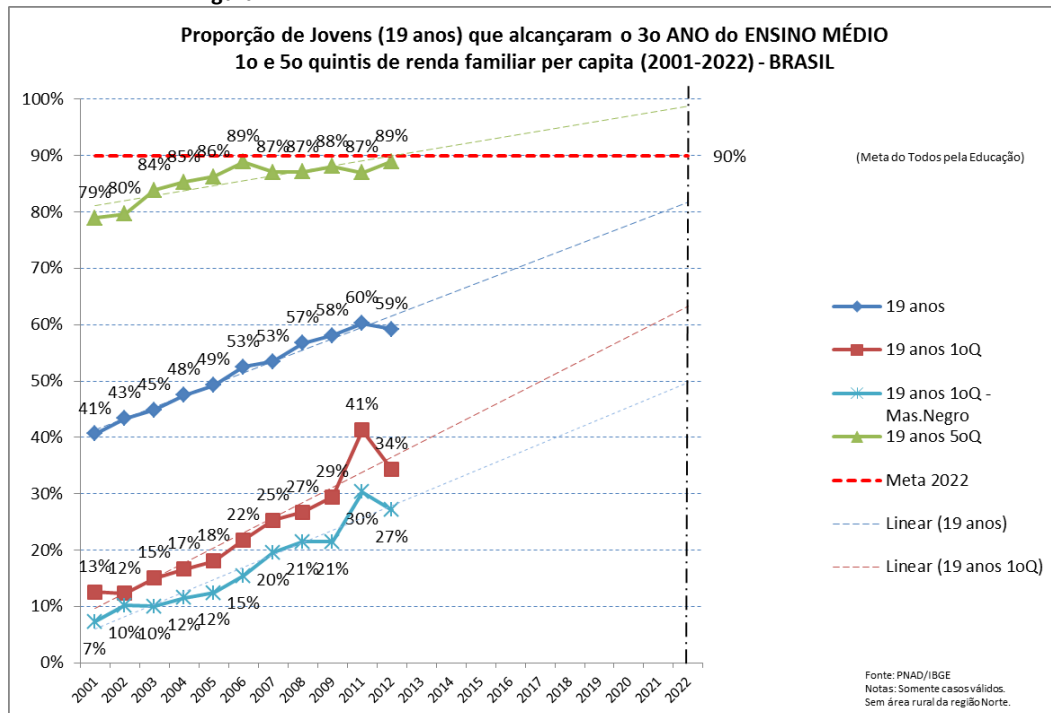
No caso dos jovens de 19 anos vimos, na seção anterior, que 59% deles havia atingido o 3º ano do EM até 2012, portanto em idade considerada compatível com o ano escolar<sup>19</sup> (Figura 4). Entre os 20% mais pobres essa taxa é bem menor (34%). Mas importa saber também a trajetória desse indicador na última década e ver se a tendência aponta na direção esperada. O PNE não estabeleceu uma meta específica para o jovem de 19 anos, contudo a iniciativa Todos pela Educação<sup>20</sup>, que apresentou cinco metas a serem atingidas até 2022, postula em sua meta 4 que pelo menos 90% dos jovens de 19 anos conclua o EM. A Figura 14<sup>21</sup> mostra que a meta já foi atingida para o quinto quintil de renda per capita, contudo, apesar da trajetória positiva, a projeção linear da tendência não sugere que a meta será atingida até 2022 para a média dos jovens nem para os 20% mais pobres. Além disso, observa-se uma redução da desigualdade na taxa de acesso entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos de 66 p.p. em 2001 para 55 p.p. em 2012. Uma redução de 17%, muito menor que a redução observada no caso dos jovens de 16 anos para a taxa de acesso à 8ª série do EF no mesmo período (56%). Interessante observar que apesar da desvantagem dos homens negros, esse grupo segue a tendência dos 20% mais pobres, ou seja, a melhoria observada pelo 1º quintil de renda é acompanhada pelo grupo em maior desvantagem de escolarização.

<sup>19</sup> Considera-se que o jovem atingiu o ano escolar sem defasagem se o faz em até dois anos após a idade recomendada. A partir de dois anos de diferença é considerado em defasagem idade-série.

<sup>20</sup> Iniciativa da sociedade civil que monitora as ações governamentais e a evolução dos indicadores relacionados ao PNE e às 5 metas da iniciativa.

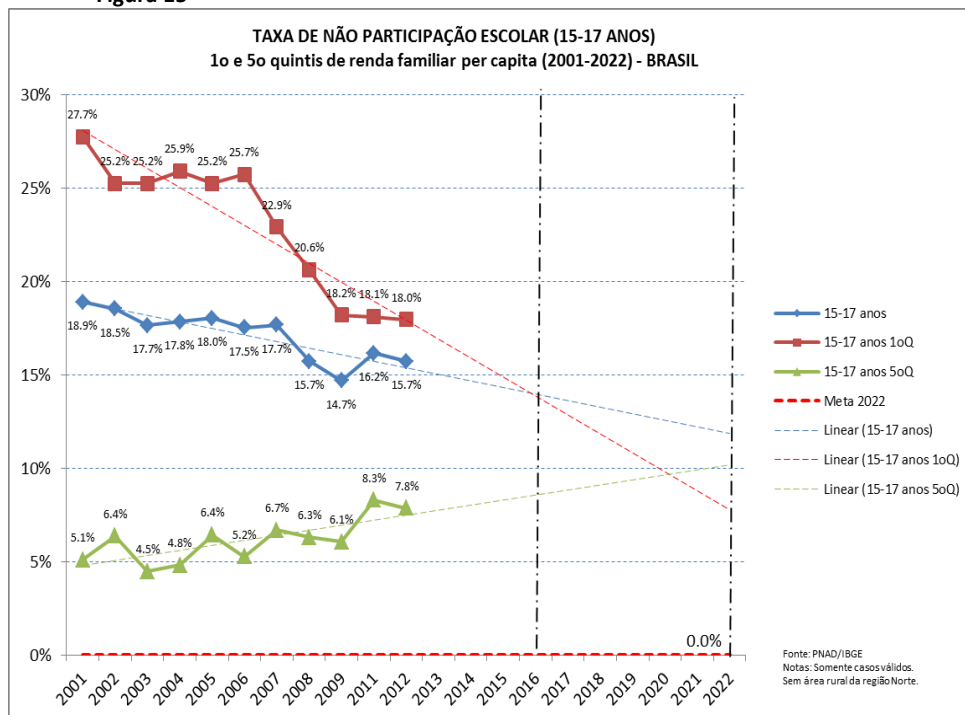
<sup>21</sup> O ponto fora da curva do 1º quintil em 2011 se explica por variação na amostra dos jovens de 19 anos naquele ano. O número total de jovens de 19 anos na amostra é o menor da série histórica naquele ano e, em contrapartida o número dos que chegaram ao EM3 é o maior da série naquele ano. Houve claramente uma flutuação da amostra dos jovens pobres de 19 anos em 2011 causando o *outlier*. Quando a mesma estimativa é feita para o grupo de 19 a 24 anos a flutuação ocorrida na amostra dos jovens de 19 anos é diluída pelas amostras dos jovens de 20 a 24 anos e a média volta para a curva de tendência.

Figura 14



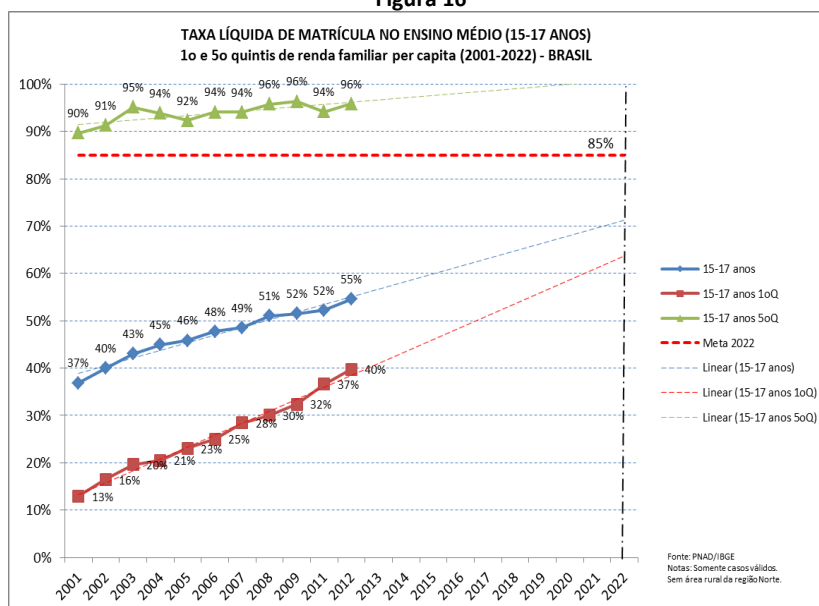
A meta 3 do PNE estabelece que, até 2016, todos os jovens de 15 a 17 anos devam estar na escola e que, até o final da vigência do plano, a taxa líquida de matrícula no EM deva atingir, pelo menos, 85%. A Figura 15 mostra a taxa de não participação escolar dos jovens de 15 a 17 anos. Observa-se um grande avanço na última década em termos de inclusão escolar do grupo de jovens de 15 a 17 anos das famílias do primeiro quintil de renda, em particular no período entre 2006 e 2009. A diferença na taxa de participação escolar caiu drasticamente entre os extremos da distribuição de renda, de 26 p.p. em 2001 para 10 p.p. em 2012 (61%). Nota-se, contudo, três aspectos preocupantes. O primeiro é que há uma estagnação da taxa de não participação dos 20% mais pobres a partir de 2009 em 18%. O segundo, é que a projeção linear sugere que a meta do PNE não será alcançada no prazo previsto. O terceiro aspecto negativo é a tendência de crescimento da taxa de não participação escolar dos jovens de 15 a 17 do quinto quintil de renda familiar per capita. Cada um desses aspectos precisa ser analisado em relação as suas possíveis causas e o escopo da presente análise é insuficiente para tal. Por outro lado, é possível considerar a hipótese de que o avanço observado entre 2006 e 2009 seja em parte resultado da extensão do benefício e da condicionalidade do programa Bolsa Família aos jovens de 16 e 17 anos, o que ocorreu em 2007. Essa política teria sido (por hipótese) capaz de mover a taxa de participação escolar desse grupo do patamar de 74% para o patamar de 82% em apenas três anos. Porém parte dos jovens excluídos da escola parece permanecer fora do alcance dos eventuais efeitos benéficos dessa política.

**Figura 15**



A trajetória da taxa líquida de matrícula no EM é apresentada na Figura 16. Também nesse caso a segunda parte da meta 3 do PNE já foi atingida para os 20% mais ricos dos jovens de 15 a 17 anos. No caso dos jovens do primeiro quintil de renda a trajetória é muito positiva, com uma redução da diferença em relação ao quinto quintil de renda de 77 p.p. em 2001 para 56 p.p. em 2012, uma redução de 27%. Contudo a linha tendencial não sugere que a meta do PNE será alcançada para a média dos jovens até 2022 e menos ainda para os jovens do primeiro quintil de renda.

**Figura 16**



Vimos nesta seção que, se por um lado, a trajetória de escolarização dos jovens de 16 anos no nível fundamental segue um progresso contínuo com avanços mais que proporcionais

para os mais pobres, de outro, a trajetória de escolarização dos jovens de 15 a 17 e 19 anos das famílias de mais baixa renda, embora positiva, não parece progredir na velocidade necessária para que as metas apontadas no Plano Nacional de Educação e na meta da iniciativa Todos pela Educação se materializem no tempo previsto.

Parte da explicação do baixo acesso da população pobre aos anos mais avançados da escola básica pode se explicar pela evasão escolar que ocorre antes que esses jovens cheguem ao EM ou na transição do EF para o Médio. Na próxima seção descrevo o fenômeno da evasão escolar, identificando em que fase do ciclo escolar ela ocorre, quem são os jovens que evadem e quais as tendências nos últimos anos.

## 5. Quando se dá a evasão no sistema de ensino brasileiro?

### **O conceito operacional de evasão com base nos dados da PNAD**

Para analisar o fenômeno da evasão escolar é preciso primeiro definir o que se entende por evasão escolar. A definição que aqui utilizo é de natureza operacional e pode ser descrita como a condição de não estudante antes da conclusão da escola básica, segundo o levantamento anual realizado pela PNAD. É importante diferenciar esse conceito operacional de evasão escolar de dois outros conceitos comumente utilizados nas análises educacionais. O primeiro é o conceito de abandono escolar. O abandono escolar é uma medida de desempenho (ou rendimento) das unidades escolares e sistemas de ensino que verifica que proporção de alunos, matriculados no ano letivo, deixa a escola antes que o ano acadêmico se encerre. Esta medida compõe uma taxa que é complementar às taxas de aprovação/reprovação escolar, que medem respectivamente a proporção dos matriculados que são considerados aptos a prosseguirem para a série escolar seguinte e a proporção dos que são considerados não aptos a prosseguirem para a série seguinte.

O segundo é o conceito de evasão como taxa de transição. Essa é uma medida da proporção de alunos que não continuam na escola no ano seguinte, independente do que tenha ocorrido no ano anterior. Ou seja, o aluno que abandonou a escola durante o ano letivo pode não voltar no ano seguinte, assim como pode ocorrer com os alunos aprovados e reprovados no ano anterior. Essa é uma medida da passagem de um ano letivo para outro no sistema educacional como um todo. Os que não fazem a travessia de um ano para o outro, independente de terem abandonado a escola, ou de terem sido aprovados ou não na série anterior, são os alunos evadidos do sistema, ou seja, não se matriculam no ano seguinte tendo estado matriculados no ano anterior.

O conceito operacional de evasão que utilizo captura todos que estão fora da escola na população de interesse, não importando se o indivíduo esteve matriculado no ano da pesquisa da PNAD e abandonou a escola, ou se evadiu do sistema educacional em ano anterior permanecendo fora do sistema. A população de interesse aqui são os jovens que deveriam ter concluído a escola básica e não o fizeram, tendo deixado a escola antes disso.

Apresento agora as curvas de acesso para os jovens que não mais estudavam no ano de referência da PNAD, focando os jovens de 19 anos e também os grupos etários específicos de 19 a 24 anos (quando a desagregação assim o exigir para que se obtenha o tamanho de

amostra necessário para um erro padrão aceitável) e de 15 a 17 anos, por se tratar do grupo na idade de frequentar o EM.

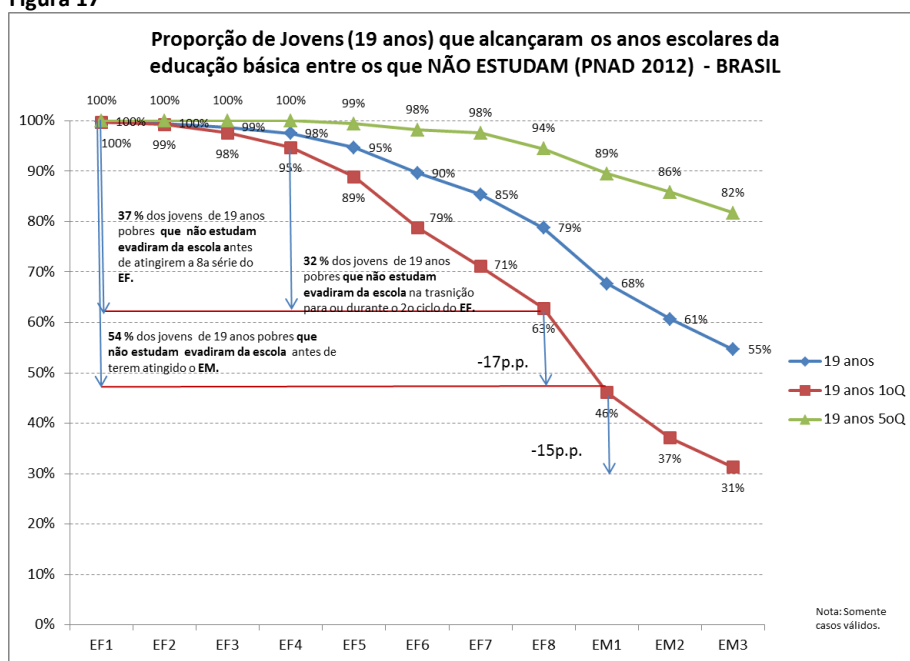
### Os jovens de 19 anos

Vimos na seção anterior que entre os jovens de 19 anos 41% deles não havia alcançado o fim do EM e destes, 70% já estava fora da escola. Entre os 20% mais pobres do grupo de 19 anos 66% não havia alcançado o final do EM, sendo que 65% deles já estavam fora da escola em 2012. A pergunta que interessa responder é: em que etapa da escola básica esses jovens deixaram a escola? Até onde alcançaram antes de desistirem do sistema de ensino ao qual pertenciam?

Para responder a essas perguntas utilizo a mesma variável definida na seção 3, mas agora aplicada aos indivíduos que não estudavam no momento da PNAD. Desse modo vamos verificar qual foi o acesso dos que não alcançaram o fim da escola básica e já não estudavam (evadidos), ou seja, até onde chegaram na trajetória escolar.

É esperado que todo o jovem de 19 anos que não mais estude tenha alcançado o fim da escola básica. Contudo, a Figura 17 mostra que, em 2012, 45% dos jovens de 19 anos que não estudavam não havia chegado ao último ano da escola básica. Esse percentual sobe para 69% entre os jovens dos 20% mais pobres. Entre os 20% mais ricos, 18% dos jovens de 19 anos também evadiram sem concluir a escola básica. Analisando-se este grupo de jovens é possível saber em que período do ciclo escolar aqueles que não atingiram o final da escola básica deixaram a escola, ou seja, se evadiram.

Figura 17



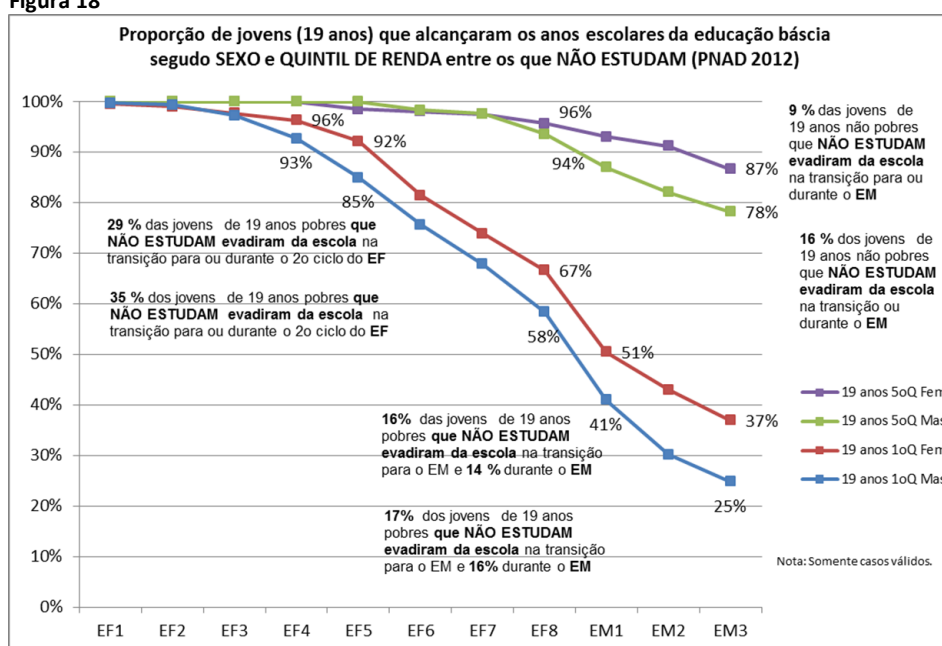
As diferenças de renda estão fortemente associadas à evasão escolar. Enquanto 94% dos jovens de 19 anos que não estudam do quintil mais alto de renda chegaram ao final do EF, apenas 63% do quintil mais pobre o fizeram. Isso significa que 37% dos jovens pobres que não

estudam evadiram antes de atingir a 8ª série do EF (etapa obrigatória da educação desde 1971), sendo que essa cifra é de apenas 6% para o quintil mais rico. Observa-se também que 32% dos pobres que evadiram antes de chegar à 8ª série o fizeram na transição para ou durante o segundo ciclo do EF. Ou seja, pode-se concluir que 86% dos jovens que evadem durante o EF o fazem no 2º ciclo dessa etapa da escola básica.

Há também evasão entre o Ensino Fundamental e o Médio mesmo no quintil mais rico (5% deles não fizeram a transição), sendo que no quintil mais pobre essa evasão foi de 17%. Como a evasão durante o EF é muito maior entre os mais pobres uma parcela muito menor alcança o EM (46%) comparado com o percentual que o faz entre os 20% mais ricos (89%). Durante o EM a evasão entre os mais pobres e os mais ricos difere menos sendo respectivamente 15% e 7%. Ocorre que, de novo, como a evasão dos mais pobres no EF é muito grande a proporção dos que chegam ao final do EM é muito menor do que entre os mais ricos (31% contra 82%). Em suma, o problema da evasão escolar dos jovens pobres que em 2012 tinham 19 anos de idade e não estudavam se concentrou, sobretudo, no 2º ciclo do EF (37% do total da evasão corrida). O restante da evasão se distribuiu da seguinte forma: 25% ocorre na transição para o EM, 22% ocorre durante o ensino médio e 7% durante o primeiro ciclo do EF.

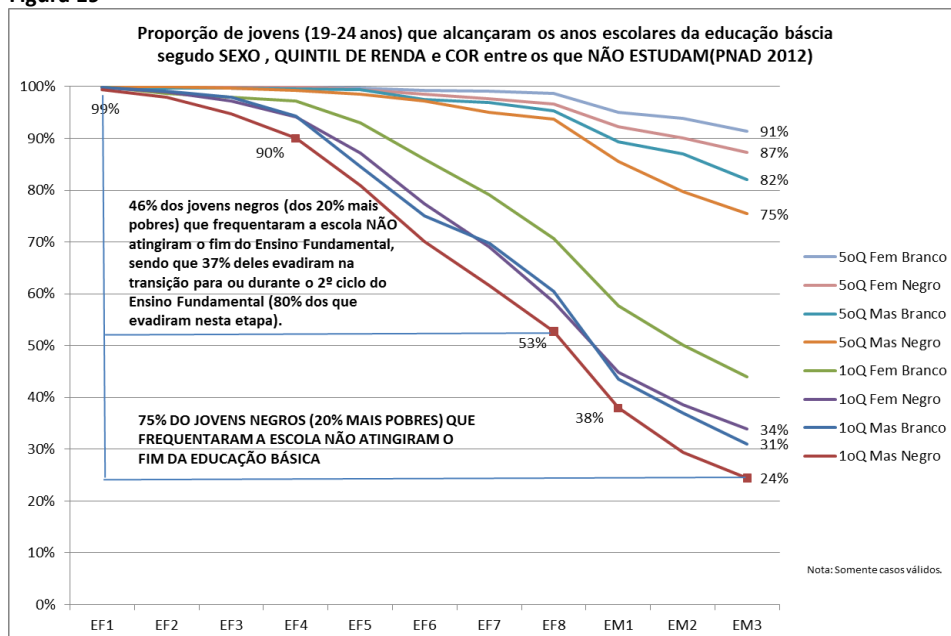
A desagregação por sexo e renda mostra a mesma tendência de concentração da evasão no 2º ciclo do EF para ambos os sexos no primeiro quintil de renda, como mostra a Figura 18. A evasão no 2º ciclo do EF para os homens é cerca de 20% maior do que para as mulheres no primeiro quintil de renda (35% vs. 29%). A proporção dos que evadiram na transição para ou durante o EM se equilibra entre homens e mulheres, ainda que elas mantenham uma taxa ligeiramente menor. Já no quintil mais rico praticamente não se observa evasão nem diferença de gênero durante o EF. Contudo, entre a 7ª e a 8ª série já aparece uma diferença de gênero que aumenta significativamente durante o EM, chegando a uma diferença de 9 p.p. no 3º ano do EM, menor contudo do que no quintil mais pobre (12 p.p.).

Figura 18



Desagregando os dados por sexo e cor (além de renda) para o grupo de 19 a 24 anos<sup>22</sup> observamos que, entre os jovens negros do grupo mais pobre da população que não estuda, a grande maioria (75%) evadiu da escola antes de chegar ao fim da escola básica, e quase metade (46%) deixou a escola sem alcançar o fim do EF como mostra a Figura 19. De novo a evasão tende a se concentrar no 2º ciclo do Fundamental, onde 37% dos jovens negros pobres que hoje não frequentam a escola a abandonaram.

Figura 19



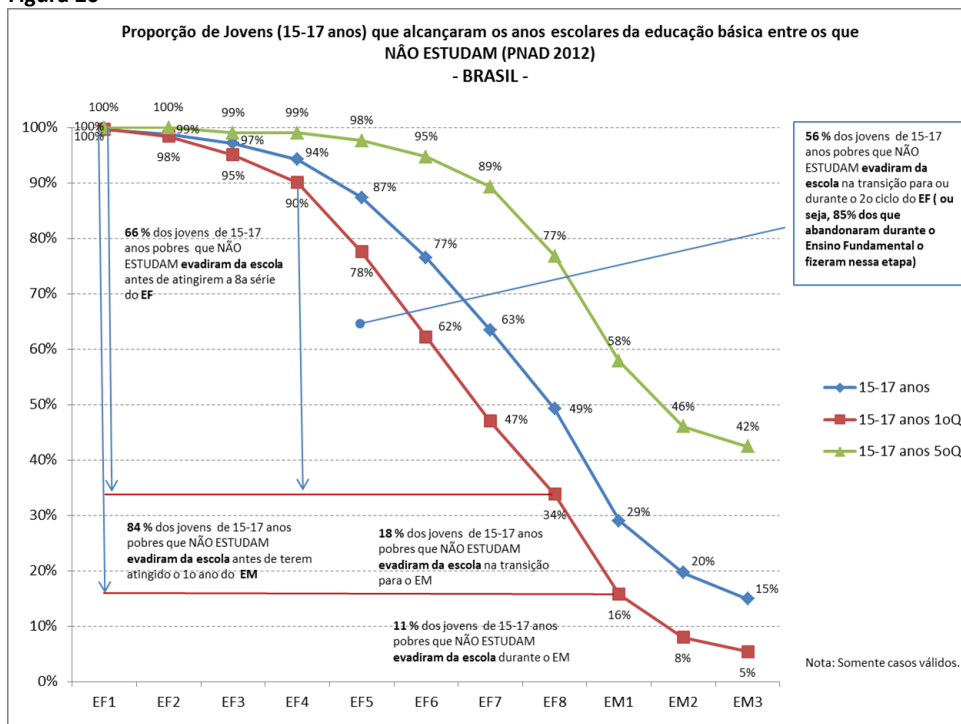
### Os jovens de 15 a 17 anos

Vimos na seção anterior que 16% dos jovens de 15 a 17 anos em 2012 estavam fora da escola (18% entre os do primeiro quintil de renda), representando aproximadamente 1,6 milhões de jovens (cerca de 480 mil estão entre os 20% mais pobres)<sup>23</sup>. A Figura 20 mostra a proporção dos jovens de 15 a 17 anos que não estudavam em 2012 por ano escolar atingido. Observa-se que o nível de escolarização obtido por jovens do quintil mais baixo de renda é bem inferior ao dos jovens do quintil mais alto de renda mesmo quando evadido. Enquanto 77% dos que não estudam entre os 20% mais ricos chegaram ao final do EF, apenas 34% o fizeram entre os 20% mais pobres. Entre esses últimos só 16% chegaram a ingressar no EM, contrastando com 58% no caso do quinto quintil. Os dados mostram que 2/3 dos jovens pobres que evadiram da escola o fizeram antes de concluírem o EF, sendo que a maior parte destes (85%) deixou a escola na transição para ou durante o 2º ciclo do EF.

<sup>22</sup> Uso aqui o grupo de 19 a 24 anos para reduzir o erro padrão das estimativas que ocorre quando se inclui apenas a população de 19 anos de idade.

<sup>23</sup> Não estão consideradas as áreas rurais da região Norte. Com a inclusão dessas áreas as cifras são respectivamente 1.654.204 e 512.310.

Figura 20



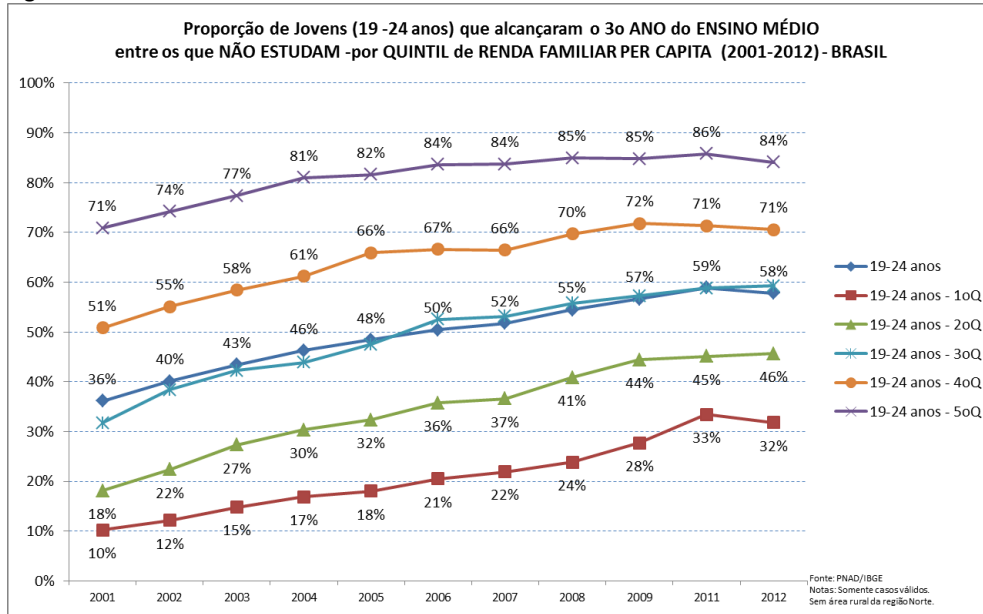
Curiosamente a evasão na transição para o EM praticamente não difere entre os extremos dos quintis de renda e, durante o EM, é menor entre os mais pobres (11%) do que no quintil mais rico (16%). Ou seja, a seletividade do sistema educacional parece ocorrer fortemente no 2º ciclo do EF, onde os mais pobres são de algum modo levados a deixar a escola antes de concluí-la.

### Evolução do acesso aos anos escolares da educação básica na última década entre os que não estudavam por ocasião da PNAD.

O avanço do acesso aos anos escolares da educação básica entre os jovens entre 19 e 24 anos que por ocasião da PNAD já não estudavam também é evidenciado ao longo da última década para todos os quintis de renda (Figura 21). A taxa de crescimento do acesso por quintil de renda são semelhantes com ligeira vantagem para os três primeiros quintis de renda (22 p.p., 28 p.p. e 22 p.p. respectivamente), comparados ao quinto quintil que variou 13 p.p. no período. O maior crescimento do acesso nos quintis mais baixo de renda permitiu que a desigualdade entre os quintis extremos da distribuição de renda caísse 15% entre 2001 e 2012 (de 61 p.p. para 52 p.p.).

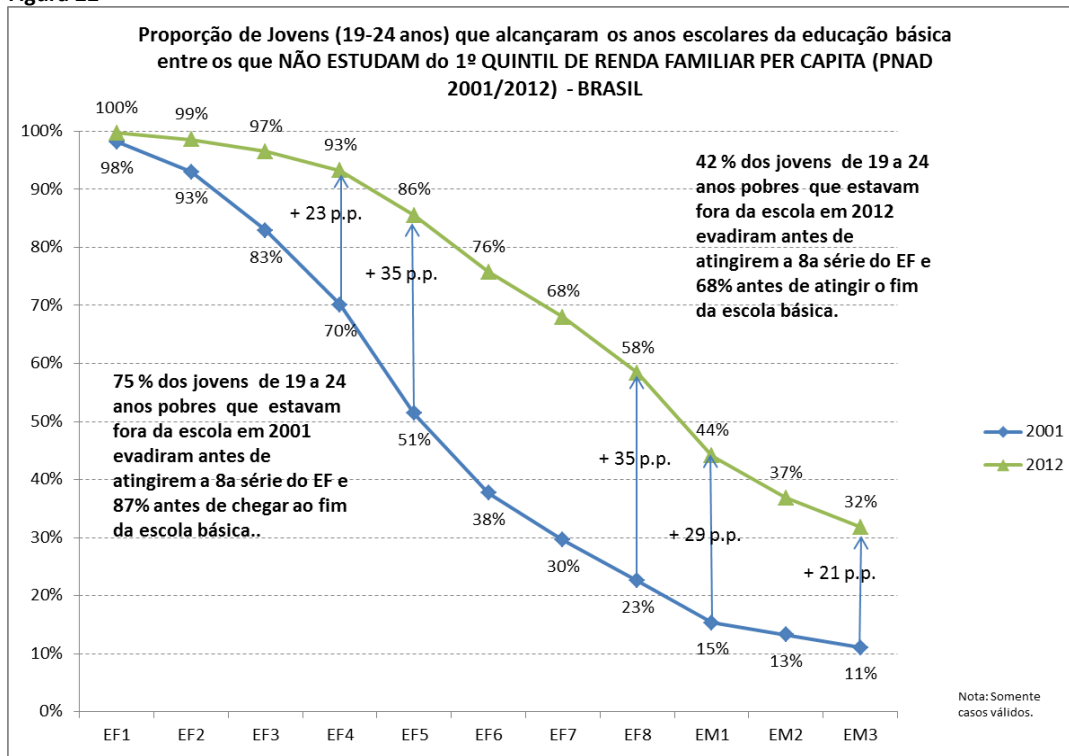


**Figura 21**



Os ganhos de escolaridade no período 2001-2012 para os jovens de 19-24 anos dos 20% mais pobres foram expressivos como mostra a Figura 22. A proporção dos que chegaram ao final do EF aumentou 35 p.p., a dos que chegaram ao EM cresceu 29 p.p e a dos que chegaram ao final do EM elevou-se 21 p.p. Embora ainda exista uma larga proporção de jovens pobres que, tendo deixado o sistema educacional, não chegou ao final da escola básica (68%), essa cifra era bem maior em 2001 (87%), quando 75% deles nem sequer alcançavam o fim do EF.

**Figura 22**



## Conclusão

O discurso da “universalização do acesso” ao EF que se tornou lugar comum no Brasil desde meados dos anos 80 não se sustenta sob a perspectiva da equidade. Se por um lado é verdade que 98,3% das crianças de 6 a 14 anos estão na escola, por outro a trajetória escolar é para muitos uma corrida de obstáculos com barreiras difíceis de serem transpostas, que acabam levando a desistência. A maior desvantagem está associada ao nível de renda das famílias. Apesar dos avanços durante a última década, os 20% mais pobres ainda guardam diferenças abissais de acesso em relação aos 20% mais ricos. A probabilidade de um jovem de 19 anos do quintil mais rico ter chegado ao final do EF é 1,3 vezes maior que a de um jovem do primeiro quintil de renda. Essa razão é de 2,6 vezes quando se trata de chegar ao final do EM. Caso esse jovem pobre seja negro as chances são, relativamente ao jovem do primeiro quintil, respectivamente 1,6 e 3,4 vezes menores. Portanto, não se pode “universalizar” o discurso da “universalização do acesso”, mesmo no caso do ensino fundamental, pois se nem todos tem acesso a todos os anos escolares dessa etapa da educação básica, o acesso não está universalizado.

O resultado é que o Brasil ainda possui 36% dos jovens de 19 a 24 anos sem alcançar o ano final da escola básica, 65% entre os 20% mais pobres, sendo que 10% se encontram nessa situação entre os 20% mais ricos. Vimos que, apesar da desvantagem, os mais pobres de 16 e 19 anos parecem perseverar mais na escola, visto que uma proporção maior daqueles em defasagem ainda estuda comparada à média nacional. Essa diferença positiva também se confirma no primeiro quintil de renda para os que estimei pertencerem a famílias do Bolsa Família. Contudo, essa diferença inexistente para o grupo de 19 a 24 anos, quando 85% dos que não concluíram a escola básica já estão fora da escola independente do quintil de renda. A mensagem é simples. Ou se educa as crianças e jovens na faixa etária prevista na Constituição (dos 4 aos 17 anos) ou será muito difícil fazê-lo depois.

A trajetória dos indicadores de acesso mostra que estamos nos aproximando rapidamente da universalização do EF, mesmo para os mais pobres, o que deverá ocorrer antes do prazo definido no PNE. O mesmo não se pode esperar da universalização do EM que, não obstante a evolução (mesmo para os mais pobres) ao longo da última década, não parece que será alcançada até 2022.

Mas o que estaria impedindo o acesso aos anos mais elevados da trajetória escolar para os jovens das camadas mais pobres da população? Se praticamente todos conseguem ingressar na idade recomendada, o que faz com que os mais pobres não cheguem ao final do ciclo escolar? Os fatores imediatos mais apontados na literatura são a defasagem, causada pela repetência, e a evasão escolar que ocorre após múltiplas repetências. Neste estudo vimos que a evasão se dá, sobretudo, durante o 2º ciclo do EF, e incide desproporcionalmente sobre os mais pobres. Se a principal causa da evasão é a repetência repetida ao longo do tempo, então os mais pobres estariam também sendo “pré-selecionados” para o fracasso escolar via a repetência. No início dos anos 90, Sérgio Costa Ribeiro (1991) colocou este problema de forma clara quando afirmou, com base em evidências empíricas, que a evasão escolar entre os pobres é consequência direta da prática da repetência escolar. E foi além dizendo:

*“(...) nas escolas das classes menos favorecidas de nossa população existe uma determinação política (ainda que não explícita) de reprovar sistematicamente todos os alunos novos. Esta prática mostra claramente a tragédia e perversidade de nosso sistema educacional.”(Ribeiro, 1991, p.10)*

Se essa afirmação tiver de fato suporte nos dados empíricos, então estamos diante de um grande desafio para a equidade educativa no Brasil. Um desafio que deve ser enfrentado no âmbito do sistema educacional. Sem isso, mesmo o sucesso das políticas de transferência condicionada de renda da última década, como o Programa Bolsa Família, serão insuficientes, face aos mecanismos intraescolares de exclusão educacional, para promover a educação das crianças e jovens das famílias de baixa renda.

## Referências bibliográficas

- Fletcher, Philip. R. 1985. A repetência no ensino de 1º grau: Um problema negligenciado da educação brasileira. Uma análise preliminar e sugestão de avaliação adicional. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, 3, 10-41.
- Glewwe, Paul & Kassouf, Ana Lucia 2012. The impact of the Bolsa Escola/Familia conditional cash transfer program on enrollment, dropout rates and grade promotion in Brazil. *Journal of Development Economics*, 97, 505-517.
- INEP 1987. A Educação nas Mensagens Presidenciais (1890-1986). Brasília: INEP.
- Lewin, Keith M. 2007. Improving Access, Equity and Transitions in Education: Creating a Reserach Agenda. *Create Pathways to Access*. University of Sussex / Centre for International Education.
- Oliveira, Ana Maria Hermeto Camilo de; Andrade, Mônica Viegas; Resende, Anne Caroline Costa; Rodrigues, Clarissa Guimarães; Souza, Laeticia Rodrigues de & Ribas, Rafael Perez 2007. Primeiros Resultados da Análise da Linha de Base da Pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família. In: VAITSMAN, J. & PAES-SOUSA, R. (eds.) *Avaliação de Políticas e Programas do MDS - Resultados*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Ribeiro, Sérgio Costa 1991. A pedagogia da repetência. *Estudos Avançados*, 5, 07-21.
- Simões, Armando. 2003. *Conceptualizing poverty in the Bolsa Escola program (Brazil): limits of the monetary approach*. MSc, London School of Economics.
- Simões, Armando Amorim. 2012. *The contribution of Bolsa Família to the educational achievement of economically disadvantaged children in Brazil*. PhD in Education, University of Sussex.

## ANEXO 1

```
* Usando as variáveis originais da PNAD para identificar as crianças e jovens
que atingiram determinado ano escolar:
* Nota: Identifica se o indivíduo atingiu (chegou a se matricular alguma vez)
em determinado ano escolar (série). Caso o indivíduo não tenha respondido a
série atribui-se missing value.
*****
*****
* 1º ano Ensino Fundamental
*****
gen EF1=1 if (v0602==2 & v6003==1 & (v0605>=1 & v0605<=8)) | /* Estuda,
Ens.Fund. 8 anos
*/ (v0602==2 & (v6003==2 | v6003==4 | v6003==5 | v6003==9 |
v6003==10)) | /* Estuda, Ens.Médio, Supletivo-EM, Superior, Pré-Vest., M/D
*/ (v0602==2 & (v6003==3 & (v0605>=1 & v0605<=8))) | /*
Estuda, Supletivo-EF
*/ (v0602==4 & (v6007==1 | v6007==4) & (v0610>=1 & v0610<=8))
| /* Não estuda e parou o Ens.Fund. 8 anos (ou Elementar)
*/ (v0602==4 & (v6007==2 | v6007==3 | v6007==5 | v6007==6 |
v6007==7)) // Não estuda e parou no Ginásio, Científico/Clássico, Ens.Médio,
Superior, M/D
replace EF1=0 if EF1==. & (v0602==2 & (v6003==6 | v6003==7 | v6003==8)) //
Estuda, AJA, Creche, Pré-escola
replace EF1=0 if EF1==. & (v0602==4 & (v6007==8 | v6007==9 | v6007==10)) //
Não estuda e parou no AJA, Creche, Pré-escola

* 2º ano Ensino Fundamental
*****
gen EF2=1 if (v0602==2 & v6003==1 & (v0605>=2 & v0605<=8)) | /* Estuda,
Ens.Fund. 8 anos
*/ (v0602==2 & (v6003==2 | v6003==4 | v6003==5 | v6003==9 |
v6003==10)) | /* Estuda, Ens.Médio, Supletivo-EM, Superior, Pré-Vest., M/D
*/ (v0602==2 & (v6003==3 & (v0605>=2 & v0605<=8))) | /*
Estuda, Supletivo-EF
*/ (v0602==4 & (v6007==1 | v6007==4) & (v0610>=2 & v0610<=8))
| /* Não estuda e parou no Ens.Fund. 8 anos (ou Elementar)
*/ (v0602==4 & (v6007==2 | v6007==3 | v6007==5 | v6007==6 |
v6007==7)) // Não estuda e parou no Ginásio, Científico/Clássico, Ens.Médio,
Superior, M/D
replace EF2=0 if EF2==. & (v0602==2 & (v6003==6 | v6003==7 | v6003==8)) //
Estuda AJA, Creche, Pré-escola
replace EF2=0 if EF2==. & (v0602==2 & v6003==1 & v0605!=.) // Estuda, Ensino
Fund. e não alcançou o 2º ano
replace EF2=0 if EF2==. & (v0602==2 & v6003==3 & v0605!=.) // Estuda,
Supletivo-EF e não alcançou o 2º ano

replace EF2=0 if EF2==. & (v0602==4 & (v6007==1 | v6007==4) & v0610!=.) // Não
estuda, parou no Ensino Fund. (ou Elementar) e não alcançou o 2º ano
replace EF2=0 if EF2==. & (v0602==4 & (v6007==8 | v6007==9 | v6007==10)) //
Não estuda e parou no AJA, Creche, Pré-escola

* 3º ano Ensino Fundamental
*****
gen EF3=1 if (v0602==2 & v6003==1 & (v0605>=3 & v0605<=8)) | /* Estuda,
Ens.Fund. 8 anos
*/ (v0602==2 & (v6003==2 | v6003==4 | v6003==5 | v6003==9 |
v6003==10)) | /* Estuda, Ens.Médio, Supletivo-EM, Superior, Pré-Vest., M/D
*/ (v0602==2 & (v6003==3 & (v0605>=3 & v0605<=8))) | /*
Estuda, Supletivo-EF
*/ (v0602==4 & (v6007==1 | v6007==4) & (v0610>=3 & v0610<=8))
| /* Não estuda e parou no Ens.Fund. 8 anos (ou Elementar)
*/ (v0602==4 & (v6007==2 | v6007==3 | v6007==5 | v6007==6 |
v6007==7)) // Não estuda e parou no Ginásio, Científico/Clássico, Ens.Médio,
Superior, M/D
replace EF3=0 if EF3==. & (v0602==2 & (v6003==6 | v6003==7 | v6003==8)) //
Estuda AJA, Creche, Pré-escola
```

```

replace EF3=0 if EF3==. & (v0602==2 & v6003==1 & v0605!.) // Estuda, Ensino
Fund. e não alcançou o 3° ano
replace EF3=0 if EF3==. & (v0602==2 & v6003==3 & v0605!.) // Estuda,
Supletivo-EF e não alcançou o 3° ano

replace EF3=0 if EF3==. & (v0602==4 & (v6007==1 | v6007==4) & v0610!.) // Não
estuda, parou no Ensino Fund. (ou Elementar) e não alcançou o 3° ano
replace EF3=0 if EF3==. & (v0602==4 & (v6007==8 | v6007==9 | v6007==10)) //
Não estuda e parou no AJA, Creche, Pré-escola

* 4° ano Ensino Fundamental
*****
gen EF4=1 if (v0602==2 & v6003==1 & (v0605>=4 & v0605<=8)) | /* Estuda,
Ens.Fund. 8 anos
*/ (v0602==2 & (v6003==2 | v6003==4 | v6003==5 | v6003==9 |
v6003==10)) | /* Estuda, Ens.Médio, Supletivo-EM, Superior, Pré-Vest., M/D
*/ (v0602==2 & (v6003==3 & (v0605>=4 & v0605<=8))) | /*
Estuda, Supletivo-EF
*/ (v0602==4 & (v6007==1 | v6007==4) & (v0610>=4 & v0610<=8))
| /* Não estuda e parou no Ens.Fund. 8 anos (ou Elementar)
*/ (v0602==4 & (v6007==2 | v6007==3 | v6007==5 | v6007==6 |
v6007==7)) // Não estuda e parou no Ginásio, Científico/Clássico, Ens.Médio,
Superior, M/D
replace EF4=0 if EF4==. & (v0602==2 & (v6003==6 | v6003==7 | v6003==8)) //
Estuda AJA, Creche, Pré-escola
replace EF4=0 if EF4==. & (v0602==2 & v6003==1 & v0605!.) // Estuda, Ensino
Fund. e não alcançou o 4° ano
replace EF4=0 if EF4==. & (v0602==2 & v6003==3 & v0605!.) // Estuda,
Supletivo-EF e não alcançou o 4° ano

replace EF4=0 if EF4==. & (v0602==4 & (v6007==1 | v6007==4) & v0610!.) // Não
estuda, parou no Ensino Fund. (ou Elementar) e não alcançou o 4° ano
replace EF4=0 if EF4==. & (v0602==4 & (v6007==8 | v6007==9 | v6007==10)) //
Não estuda e parou no AJA, Creche, Pré-escola

* 5° ano Ensino Fundamental
*****
gen EF5=1 if (v0602==2 & v6003==1 & (v0605>=5 & v0605<=8)) | /* Estuda,
Ens.Fund. 8 anos
*/ (v0602==2 & (v6003==2 | v6003==4 | v6003==5 | v6003==9 |
v6003==10)) | /* Estuda, Ens.Médio, Supletivo-EM, Superior, Pré-Vest., M/D
*/ (v0602==2 & (v6003==3 & (v0605>=5 & v0605<=8))) | /*
Estuda, Supletivo-EF
*/ (v0602==4 & (v6007==2 | v6007==4) & (v0610>=5 & v0610<=8))
| /* Não estuda e parou no Ens.Fund. 8 anos ou Ginásio
*/ (v0602==4 & (v6007==3 | v6007==5 | v6007==6 | v6007==7))
// Não estuda e parou no Científico/Clássico, Ens.Médio, Superior, M/D
replace EF5=0 if EF5==. & (v0602==2 & (v6003==6 | v6003==7 | v6003==8)) //
Estuda AJA, Creche, Pré-escola
replace EF5=0 if EF5==. & (v0602==2 & v6003==1 & v0605!.) // Estuda, Ensino
Fund. e não alcançou o 5° ano
replace EF5=0 if EF5==. & (v0602==2 & v6003==3 & v0605!.) // Estuda,
Supletivo-EF e não alcançou o 5° ano

replace EF5=0 if EF5==. & (v0602==4 & (v6007==2 | v6007==4) & v0610!.) // Não
estuda, parou no Ensino Fund. (ou Ginásio) e não alcançou o 5° ano
replace EF5=0 if EF5==. & (v0602==4 & (v6007==8 | v6007==9 | v6007==10)) //
Não estuda e parou no AJA, Creche, Pré-escola

* 6° ano Ensino Fundamental
*****
gen EF6=1 if (v0602==2 & v6003==1 & (v0605>=6 & v0605<=8)) | /* Estuda,
Ens.Fund. 8 anos
*/ (v0602==2 & (v6003==2 | v6003==4 | v6003==5 | v6003==9 |
v6003==10)) | /* Estuda, Ens.Médio, Supletivo-EM, Superior, Pré-Vest., M/D
*/ (v0602==2 & (v6003==3 & (v0605>=6 & v0605<=8))) | /*
Estuda, Supletivo-EF

```

```

*/          (v0602==4 & (v6007==2 | v6007==4) & (v0610>=6 & v0610<=8))
| /* Não estuda e parou o Ens.Fund. 8 anos ou Ginásio
*/          (v0602==4 & (v6007==3 | v6007==5 | v6007==6 | v6007==7))
// Não estuda e parou no Científico/Clássico, Ens.Médio, Superior, M/D
replace EF6=0 if EF6==. & (v0602==2 & (v6003==6 | v6003==7 | v6003==8)) //
Estuda AJA, Creche, Pré-escola
replace EF6=0 if EF6==. & (v0602==2 & v6003==1 & v0605!=.) // Estuda, Ensino
Fund. e não alcançou o 6° ano
replace EF6=0 if EF6==. & (v0602==2 & v6003==3 & v0605!=.) // Estuda,
Supletivo-EF e não alcançou o 6° ano

replace EF6=0 if EF6==. & (v0602==4 & (v6007==2 | v6007==4) & v0610!=.) // Não
estuda, parou no Ensino Fund. (ou Ginásio) e não alcançou o 6° ano
replace EF6=0 if EF6==. & (v0602==4 & (v6007==8 | v6007==9 | v6007==10)) //
Não estuda e parou no AJA, Creche, Pré-escola

* 7° ano Ensino Fundamental
*****
gen EF7=1 if (v0602==2 & v6003==1 & (v0605>=7 & v0605<=8)) | /* Estuda,
Ens.Fund. 8 anos
*/          (v0602==2 & (v6003==2 | v6003==4 | v6003==5 | v6003==9 |
v6003==10)) | /* Estuda, Ens.Médio, Supletivo-EM, Superior, Pré-Vest., M/D
*/          (v0602==2 & (v6003==3 & (v0605>=7 & v0605<=8))) | /*
Estuda, Supletivo-EF
*/          (v0602==4 & (v6007==2 | v6007==4) & (v0610>=7 & v0610<=8))
| /* Não estuda e parou o Ens.Fund. 8 anos ou Ginásio
*/          (v0602==4 & (v6007==3 | v6007==5 | v6007==6 | v6007==7))
// Não estuda e parou no Científico/Clássico, Ens.Médio, Superior, M/D
replace EF7=0 if EF7==. & (v0602==2 & (v6003==6 | v6003==7 | v6003==8)) //
Estuda AJA, Creche, Pré-escola
replace EF7=0 if EF7==. & (v0602==2 & v6003==1 & v0605!=.) // Estuda, Ensino
Fund. e não alcançou o 7° ano
replace EF7=0 if EF7==. & (v0602==2 & v6003==3 & v0605!=.) // Estuda,
Supletivo-EF e não alcançou o 7° ano

replace EF7=0 if EF7==. & (v0602==4 & (v6007==2 | v6007==4) & v0610!=.) // Não
estuda, parou no Ensino Fund. (ou Ginásio) e não alcançou o 7° ano
replace EF7=0 if EF7==. & (v0602==4 & (v6007==8 | v6007==9 | v6007==10)) //
Não estuda e parou no AJA, Creche, Pré-escola

* 8° ano Ensino Fundamental
*****
gen EF8=1 if (v0602==2 & v6003==1 & v0605==8) | /* Estuda, Ens.Fund. 8 anos
*/          (v0602==2 & (v6003==2 | v6003==4 | v6003==5 | v6003==9 |
v6003==10)) | /* Estuda, Ens.Médio, Supletivo-EM, Superior, Pré-Vest., M/D
*/          (v0602==2 & v6003==3 & v0605==8) | /* Estuda, Supletivo-EF
*/          (v0602==4 & (v6007==2 | v6007==4) & v0610==8) | /* Não
estuda e parou o Ens.Fund. 8 anos ou Ginásio
*/          (v0602==4 & (v6007==3 | v6007==5 | v6007==6 | v6007==7))
// Não estuda e parou no Científico/Clássico, Ens.Médio, Superior, M/D
replace EF8=0 if EF8==. & (v0602==2 & (v6003==6 | v6003==7 | v6003==8)) //
Estuda AJA, Creche, Pré-escola
replace EF8=0 if EF8==. & (v0602==2 & v6003==1 & v0605!=.) // Estuda, Ensino
Fund. e não alcançou o 8° ano
replace EF8=0 if EF8==. & (v0602==2 & v6003==3 & v0605!=.) // Estuda,
Supletivo-EF e não alcançou o 8° ano

replace EF8=0 if EF8==. & (v0602==4 & (v6007==2 | v6007==4) & v0610!=.) // Não
estuda, parou no Ensino Fund. (ou Ginásio) e não alcançou o 8° ano
replace EF8=0 if EF8==. & (v0602==4 & (v6007==8 | v6007==9 | v6007==10)) //
Não estuda e parou no AJA, Creche, Pré-escola

* 1° ano Ensino MÉDIO
*****
gen EM1=1 if (v0602==2 & v6003==2 & (v0605>=1 & v0605<=4)) | /* Estuda, Ens.
Médio
*/          (v0602==2 & (v6003==5 | v6003==9 | v6003==10)) | /*
Estuda, Superior, Pré-Vest., M/D

```

```

*/          (v0602==2 & v6003==4 & (v0605>=1 & v0605<=4)) | /* Estuda,
Supletivo-EM
*/          (v0602==4 & (v6007==3 | v6007==5) & (v0610>=1 & v0610<=4))
| /* Não estuda e parou no Científico/Clássico ou Ens.Médio.
*/          (v0602==4 & (v6007==6 | v6007==7)) // Não estuda e
alcançou o Superior, M/D
replace EM1=0 if EM1==. & (v0602==2 & (v6003==1 | v6003==3 | v6003==6 |
v6003==7 | v6003==8)) // Estuda Ens.Fund., Supletivo-EF, AJA, Creche, Pré-
escola
replace EM1=0 if EM1==. & (v0602==4 & (v6007==1 | v6007==2 | v6007==4 |
v6007==8 | v6007==9 | v6007==10)) // Não estuda, parou no Elementar,Ginásio,
Ens.Fund., AJA, Creche, pré-escola

* 2º ano Ensino MÉDIO
*****
gen EM2=1 if (v0602==2 & v6003==2 & (v0605>=2 & v0605<=4)) | /* Estuda, Ens.
Médio
*/          (v0602==2 & (v6003==5 | v6003==9 | v6003==10)) | /*
Estuda, Superior, Pré-Vest., M/D
*/          (v0602==2 & v6003==4 & (v0605>=2 & v0605<=4)) | /* Estuda,
Supletivo-EM
*/          (v0602==4 & (v6007==3 | v6007==5) & (v0610>=2 & v0610<=4))
| /* Não estuda e parou no Científico/Clássico ou Ens.Médio.
*/          (v0602==4 & (v6007==6 | v6007==7)) // Não estuda e
alcançou o Superior, M/D
replace EM2=0 if EM2==. & (v0602==2 & (v6003==1 | v6003==3 | v6003==6 |
v6003==7 | v6003==8)) // Estuda Ens.Fund., Supletivo-EF, AJA, Creche, Pré-
escola
replace EM2=0 if EM2==. & (v0602==2 & (v6003==2 | v6003==4) & v0605!..) //
Estuda, Ensino Médio ou Supletivo-EM e não alcançou o 2º ano

replace EM2=0 if EM2==. & (v0602==4 & (v6007==1 | v6007==2 | v6007==4 |
v6007==8 | v6007==9 | v6007==10)) // Não estuda, parou no Elementar, Ginásio,
Ens.Fund.,AJA, Creche, pré-escola
replace EM2=0 if EM2==. & (v0602==4 & (v6007==3 | v6007==5) & v0610!..) // Não
estuda, parou no Científico/Clássico ou Ensino Médio e não alcançou o 2º ano

* 3º ano Ensino MÉDIO
*****
gen EM3=1 if (v0602==2 & v6003==2 & (v0605>=3 & v0605<=4)) | /* Estuda, Ens.
Médio
*/          (v0602==2 & (v6003==5 | v6003==9 | v6003==10)) | /*
Estuda, Superior, Pré-Vest., M/D
*/          (v0602==2 & v6003==4 & (v0605>=3 & v0605<=4)) | /* Estuda,
Supletivo-EM
*/          (v0602==4 & (v6007==3 | v6007==5) & (v0610>=3 & v0610<=4))
| /* Não estuda e parou no Científico/Clássico ou Ens.Médio.
*/          (v0602==4 & (v6007==6 | v6007==7)) // Não estuda e
alcançou o Superior, M/D
replace EM3=0 if EM3==. & (v0602==2 & (v6003==1 | v6003==3 | v6003==6 |
v6003==7 | v6003==8)) // Estuda Ens.Fund., Supletivo-EF, AJA, Creche, Pré-
escola
replace EM3=0 if EM3==. & (v0602==2 & (v6003==2 | v6003==4) & v0605!..) //
Estuda, Ensino Médio ou Supletivo-EM e não alcançou o 3º ano

replace EM3=0 if EM3==. & (v0602==4 & (v6007==1 | v6007==2 | v6007==4 |
v6007==8 | v6007==9 | v6007==10)) // Não estuda, parou no Elementar, Ginásio,
Ens.Fund., AJA, Creche, pré-escola
replace EM3=0 if EM3==. & (v0602==4 & (v6007==3 | v6007==5) & v0610!..) // Não
estuda, parou no Científico/Clássico ou Ensino Médio e não alcançou o 3º ano

```